

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RICARDO FRAMBACH FERNANDES

DIPLOMACIA NAVAL ELEVADA À SEGUNDA POTÊNCIA:
um estudo das ações navais brasileiras aplicadas à África Atlântica.

Rio de Janeiro

2020

CC RICARDO FRAMBACH FERNANDES

DIPLOMACIA NAVAL ELEVADA À SEGUNDA POTÊNCIA:
um estudo das ações navais brasileiras aplicadas à África Atlântica.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Carlos Eduardo R. de Macedo

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2020

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Martha e meus filhos Guilherme e Mariana pelo apoio, motivação e paciência dispensados durante a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, o Capitão de Fragata Carlos Eduardo Ribeiro de Macedo, pelo apoio e incentivo constante e pelas sugestões e intervenções extremamente profissionais, que foram de grande relevância para o meu aprendizado e para a confecção deste estudo.

Ao instrutor de metodologia, o Capitão-de-Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pela destacada dedicação, tanto em sala de aula, quanto nas “salas virtuais”.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as ações da Marinha do Brasil relacionadas à diplomacia naval com foco na África Atlântica, parte do entorno estratégico brasileiro. O período observado para a realização da pesquisa vai de 2012, quando foi publicada uma nova Política Nacional de Defesa, até 2018. O estudo receberá o suporte teórico proporcionado pela tipologia da diplomacia naval proposta na obra *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*, do historiador naval britânico Geoffrey Till. O desenho de pesquisa empregado neste trabalho foi o da teoria comparada com a realidade, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. A relevância deste estudo reside na importância do Atlântico Sul, por onde escoam quase a totalidade do comércio exterior brasileiro e onde se apresenta a primeira linha de defesa do seu território. O desenvolvimento analítico deste trabalho busca responder a seguinte questão: em que medida o emprego do Poder Naval brasileiro na costa ocidental africana teve aderência ao pensamento estratégico-naval de Till, no que tange à diplomacia naval. A partir dos resultados obtidos, tentar-se-á alcançar uma conclusão a respeito de quais vertentes da diplomacia naval o Brasil não emprega. Ao final, sugere-se que o Brasil diversifique o emprego do Poder Naval entre os modelos cooperativos ou coercitivos da diplomacia naval para a garantia dos interesses do Estado e para a assunção pretendida da posição de potência regional.

Palavras-chave: Marinha do Brasil. Diplomacia Naval. África Atlântica. Entorno Estratégico. Política Nacional de Defesa. Geoffrey Till. Atlântico Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – O Atlântico Sul e a “Amazônia Azul” | 58 |
| Figura 2 – O triângulo do uso do mar de Ken Booth | 59 |
| Figura 3 – Os triângulos primário e secundário do uso do mar de Eric Grove | 60 |
| Figura 4 – Os componentes da diplomacia naval de Geoffrey Till | 61 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Adidâncias na costa ocidental da África | 62 |
| Tabela 2 – Participação em exercícios e cidades visitadas na costa ocidental da África | 63 |
| Tabela 3 – Cidades visitadas pelo Navio-Escola “BRASIL” no exterior..... | 64 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| AJB – | Águas Jurisdicionais Brasileiras |
| ANP – | Agência Nacional do Petróleo |
| ASA – | Cúpula América do Sul-África |
| CIAA – | Centro de Instrução Almirante Alexandrino |
| CLPC – | Comissão de Limites da Plataforma Continental |
| CNUDM – | Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar |
| CPLP – | Comunidade de Países de Língua Portuguesa |
| CRESMAC – | Centro Regional de Segurança Marítima da África Central |
| CRESMAO – | Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental |
| DMN – | Doutrina Militar Naval |
| EN – | Escola Naval |
| END – | Estratégia Nacional de Defesa |
| EUA – | Estados Unidos da América |
| FTM – | Força-Tarefa Marítima |
| GAT-FN – | Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais |
| GoGIN – | The Gulf of Guine Inter-Reginal Network |
| IBAS – | Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul |
| ICC – | Centro Inter-regional de Coordenação |
| LCM – | Linhas de Comunicação Marítima |
| NApOc – | Navio de Apoio Oceânico |
| NDM – | Navio Doca Multipropósito |
| NE – | Navio-Escola |
| NPaOc – | Navio-Patrolha Oceânico |

| | |
|----------------|---|
| NPHM – | Navio Porta-Helicópteros Multipropósito |
| NVe – | Navio-Veleiro |
| MB – | Marinha do Brasil |
| MD – | Ministério da Defesa |
| MMCC – | Centros de Coordenação Multinacional Marítima |
| MRE – | Ministério das Relações Exteriores |
| ONU – | Organização das Nações Unidas |
| PALOP – | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PND – | Política Nacional de Defesa |
| SI – | Sistema Internacional |
| TBPN – | Tarefa Básica do Poder Naval |
| UNIFIL – | Força Interina das Nações Unidas no Líbano |
| URSS – | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| U.S. AFRICOM – | Comando dos EUA para a África |
| VIGM – | Viagem de Instrução de Guardas-Marinha |
| ZEE – | Zona Econômica Exclusiva |
| ZOPACAS – | Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 2 | ANÁLISE TEÓRICA DA DIPLOMACIA NAVAL | 12 |
| 2.1 | Um panorama histórico da diplomacia naval | 13 |
| 2.1.1 | A diplomacia naval clássica..... | 13 |
| 2.1.2 | A diplomacia naval no mundo bipolar..... | 14 |
| 2.1.3 | A diplomacia naval no pós-Guerra Fria..... | 17 |
| 2.2 | A diplomacia naval segundo Geoffrey Till..... | 19 |
| 2.2.1 | A construção de cenários | 23 |
| 2.2.2 | A construção de coalisões..... | 24 |
| 2.2.3 | A coerção naval..... | 25 |
| 2.3 | Consolidação teórica..... | 27 |
| 3 | O ENTORNO ESTRATÉGICO E AS AÇÕES NAVAIS BRASILEIRAS | 29 |
| 3.1 | O Atlântico Sul e a sua relevância para o Brasil..... | 31 |
| 3.1.1 | A “Amazônia Azul” | 32 |
| 3.1.2 | A cooperação no Atlântico Sul | 33 |
| 3.2 | O emprego da Marinha do Brasil na África Atlântica | 36 |
| 3.2.1 | As ações de diplomacia naval na Doutrina Militar Naval | 36 |
| 3.2.2 | As ações de diplomacia naval brasileiras | 37 |
| 3.3 | Considerações parciais..... | 42 |
| 4 | SIMILARIDADES E SINGULARIDADES ENTRE A TEORIA DE GEOFFREY TILL E A DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA..... | 44 |
| 4.1 | As ações cooperativas da Marinha do Brasil | 45 |
| 4.2 | As ações coercitivas da Marinha do Brasil..... | 47 |
| 4.3 | O “saldo” do confronto | 50 |
| 5 | CONCLUSÃO..... | 52 |
| | REFERÊNCIAS..... | 54 |
| | ANEXOS..... | 58 |

1 INTRODUÇÃO

O mar sempre se revestiu de grande relevância para o desenvolvimento da humanidade, pois enseja, pelo menos, duas funções básicas para o homem: fonte de recursos e meio de transporte. Atualmente, evoluções relacionadas a esses dois fatores vêm ampliando o valor estratégico do Atlântico Sul no cenário internacional.

No que tange ao mar como fonte de recursos, é destacável o crescimento substancial da exploração de petróleo e gás no Atlântico Sul nas últimas décadas, sobretudo em bacias na costa brasileira e no Golfo da Guiné. Do ponto de vista das Linhas de Comunicação Marítima (LCM), a viabilização desse potencial energético, aliada ao desenvolvimento emergente de Estados lindeiros ao Atlântico Sul, tendem a aumentar o tráfego marítimo na região. Além disso, a parte meridional do Atlântico oferece uma interessante conexão, livre de pontos de estrangulamento artificiais – como os Canais de Suez e do Panamá –, aos Oceanos Índico e Pacífico.

O conjunto de tudo isso traz preponderância geopolítica para o Atlântico Sul e oportunidades para os Estados que o cercam. Igualmente, no entanto, observa-se o surgimento de desafios, alguns materializados na forma de ameaças ao tráfego marítimo. Por exemplo, agressões a navios mercantes vêm comprometendo a segurança marítima e a estabilidade, sobretudo do Golfo da Guiné, e vêm chamando a atenção de potências extrarregionais quanto à possibilidade de intervenção na região.

A ingerência de países alheios àqueles que delimitam a zona do Atlântico Sul não é favorável aos pretensos interesses da política externa brasileira, que vem buscando, além da liderança regional na América do Sul, o aumento da projeção de suas relações comerciais e diplomáticas com os países da costa ocidental africana. Se não há um documento formal de

política externa que explicita isso, o fato é que a Política Nacional de Defesa¹ (PND) reconhece a relevância do Atlântico Sul, na medida em que tal região marítima foi totalmente incluída no entorno estratégico brasileiro, cuja proteção é uma prioridade para o país. Assim, o Brasil tem procurado ampliar seus mecanismos de vigilância e defesa, assim como fomentar políticas cooperativas com os países da África Ocidental para a obtenção e garantia da estabilidade na região.

Nesse contexto, em que a Marinha do Brasil (MB) deve se incumbir da segurança de uma porção marítima tão extensa, duas estratégias parecem identificáveis. A primeira, direcionada para as águas mais próximas a costa, numa região referenciada, conforme será apresentado adiante, como “Amazônia Azul”², envolve a ação militar direta na sua vigilância e proteção, e não exclui o uso da força, caso necessário. A segunda, que inclui todo o restante do Atlântico Sul, envolve uma estratégia de defesa em profundidade (FERREIRA, 2011), em que um de seus principais instrumentos, sobretudo para a região vicinal à costa africana, é o que a literatura denomina de diplomacia naval.

Assim, este estudo foi estimulado pela importância do entorno estratégico a segurança brasileira e pelo aumento, ainda que localizado, dos atos de pirataria e roubo armado, que comprometem a porção Sul do Atlântico. Considerando que, ao Brasil, interessa a manutenção da região como uma zona de paz e livre de agressões que ameacem a “Amazônia Azul”, é interessante estudar dispositivos, além do uso da força, que contribuam com tal fito. Nesse mister, propõe-se verificar o valor diplomático do Poder Naval, para, de acordo com a política externa, influenciar parceiros e possíveis adversários, a fim de confrontar e controlar o problema latente.

¹ Independentemente de haver a informação de que versões mais recentes da PND tenham tramitado no Congresso Nacional, o autor utilizará ao longo do trabalho a versão de 2012, que se encontra disponível para consulta no endereço eletrônico do MD (Nota nossa).

² Figura 1 – O Atlântico Sul e a “Amazônia Azul” (Anexo A).

A diplomacia naval possui diversos pensadores ao longo da história. Dentre eles, inclui-se o britânico Geoffrey Till (1945-), selecionado como referencial teórico deste trabalho, por apresentar o amplo espectro de ações contidas no tema. Till dividiu a diplomacia naval em três grandes grupos: atividades de construção de imagem, construção de coalizões e atos de coerção.

Em atenção aos fatos mencionados, procurar-se-á, utilizando-se o desenho de pesquisa da teoria comparada com a realidade, entender em que medida o emprego do Poder Naval brasileiro na costa ocidental africana teve aderência ao pensamento estratégico-naval de Till, no que tange à diplomacia naval. Estender-se-á a pesquisa as implicações, para o Brasil, no caso de a pretensa aderência vier a ser confirmada, mesmo que apenas em parte. O estudo será limitado ao período de 2012 a 2018, razoável contexto temporal pós-publicação da PND.

Como hipótese, assumir-se-á que as ações da MB guardaram aderência parcial aos conceitos atinentes à diplomacia naval, conforme estabelecido por Till; e que tiveram foco no que Till chamou de construção de imagens e de formação de coalizões, ambas dentro do espectro cooperativo de diplomacia naval. Por conta de limitações da legislação brasileira e em razão da falta de um contendor estatal específico na região, não é de se esperar que as ações da MB, até o momento, tenham sido pautadas nas formas coercitivas da diplomacia naval.

O trabalho desenvolver-se-á em cinco capítulos. Após esta introdução, será estudado, no segundo capítulo, como evoluiu o conceito de diplomacia naval, até ele ser detalhado no referencial teórico adotado, escrito por Till. No capítulo seguinte, após tecer um panorama sobre o entorno estratégico e a sua relevância para o Brasil, serão apresentados o amparo doutrinário e as ações de diplomacia naval brasileira na costa ocidental africana, entre 2012 e 2018. No quarto capítulo, serão confrontadas as ações descritas no capítulo 3 com o modelo teórico estudado. Finalizando, serão apresentadas as conclusões e indicadas possíveis linhas de pesquisa futuras, bem como implicações do estudo para a MB.

2 ANÁLISE TEÓRICA DA DIPLOMACIA NAVAL

As Forças Armadas podem atuar, além dos campos de combate, como instrumento diplomático em apoio à política externa para o atingimento dos interesses políticos de um Estado. Dessa forma, o Poder Militar pode servir à diplomacia na paz, assim como a diplomacia e diversas outras atividades e estruturas nacionais são passíveis de serem mobilizadas para compor o esforço de guerra de uma nação.

Essas “servitudes” entre os instrumentos do Poder Nacional foram destacadas pelo Almirante Raoul Castex (1878-1968), juntamente com o seu conceito de Estratégia Geral, verdadeira estratégia de defesa nacional e resultante do somatório de todas as estratégias particulares. Castex alerta que as estratégias particulares não atuam de forma estanque, por isso necessitam de um alto nível de coordenação, notadamente quando ações de defesa são necessárias para a consecução dos interesses nacionais (WEDIN, 2015).

Por conta da característica de flexibilidade do Poder Naval e a possibilidade de atuar a partir de águas internacionais, os meios navais de um Estado podem ser utilizados, em tempos de paz, em apoio a política externa, para apoiar aliados, coagir adversários ou exercer ação de presença. “Mostrar bandeira”, uma das vertentes da diplomacia naval, pode ser realizada por meio de visitas de cortesia a portos estrangeiros, realização de exercícios com outras Marinhas ou operações em áreas de interesse, de forma a reafirmar laços de amizade, garantir alianças e demonstrar intenções (BRASIL, 2017b).

Assim, este capítulo se propõe, enquanto referencial teórico deste trabalho, expor como se desenvolvem, ao longo da história, os estudos sobre a diplomacia naval, identificando seus principais pensadores. Dentre tais pensadores, será destacado o trabalho, nesse campo, do historiador naval britânico Geoffrey Till. Finalmente, será detalhado o porquê de este último autor, por meio de sua obra *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*, ter sido escolhida como fundamentação teórica para realizar a análise proposta.

2.1 UM PANORAMA HISTÓRICO DA DIPLOMACIA NAVAL

Como será visto, apesar de o tema já estar identificado desde o final do século XIX e início do século XX, os então clássicos de estratégia naval praticamente o negligenciaram. Foram somente seus sucessores teóricos, à época da Guerra Fria (1947-1991), que sistematizaram o conceito (ROWLANDS, 2012).

Nesse período, a profusão de autores dedicados à diplomacia naval proporcionou um marco teórico sobre o assunto. Assim, tem-se como resultado a organização atual dos estudos desse tema divididos em três fases distintas no tempo: diplomacia naval clássica, diplomacia naval no mundo bipolar e diplomacia naval no pós-Guerra Fria (ROWLANDS, 2012).

2.1.1 *A diplomacia naval clássica*

A primeira vertente possui como principais representantes o Almirante estadunidense Alfred T. Mahan (1840-1914) e Sir Julian Corbett (1854-1922), historiador naval britânico. Esses estrategistas, assim como os demais autores clássicos, tinham o conhecimento da existência do fenômeno da diplomacia naval, todavia pouco foram motivados para estudá-lo ou documentá-lo de alguma forma substancial. Limitaram-se a tratar apenas de forma superficial o caráter diplomático das forças navais (ROWLANDS, 2012).

Mahan foi o primeiro escritor a publicar um livro sobre o Poder Naval. Segundo ele, o papel principal da Marinha consistia em enfrentar o inimigo em uma batalha decisiva para alcançar o domínio dos mares. Com acentuada influência sobre a Estratégia Naval estadunidense, recebeu o título de “O Evangelista do Poder Naval” (TOSTA, 1984).

Embora a maior parte de suas obras seja dedicada ao emprego das forças navais em guerra e não tenha mencionado a expressão diplomacia naval (ROWLANDS, 2012), Mahan argumentou que o Poder Naval teria a capacidade de aumentar o prestígio e a influência de um país e que uma estratégia naval é tão necessária em tempo de paz, quanto de guerra (COUTAUBÉGARIE, 2010).

Apesar de também possuir uma abordagem voltada para o preparo e emprego do Poder Naval na guerra, Corbett contrapõe-se a Mahan sobre a ideia do domínio do mar. Para Corbett, as comunicações marítimas do adversário deveriam constituir o objetivo fundamental das operações navais (WEDIN, 2015). Ao descrever suas teorias sobre operações de bloqueio e de “esquadra em potência” (*fleet-in-being*), argumenta que tais atividades podem ser aplicadas em diferentes situações, sendo ferramentas eficazes de diplomacia naval (ROWLANDS, 2012).

2.1.2 *A diplomacia naval no mundo bipolar*

Somente a partir da segunda metade do século XX, ancorado no confronto das superpotências, materializado por seus grandes investimentos na disponibilização de poderosas forças navais, elevou-se o interesse acadêmico sobre o tema, permitindo o surgimento de diversos trabalhos a respeito das ações diplomáticas de forças navais (TILL, 2009).

Destacaram-se com importantes estudos da diplomacia naval nesse período: Sir James Cable (1920-2001), diplomata e pensador estratégico naval britânico; Edward Luttwak (1942-), estrategista militar, cientista político e historiador estadunidense; Ken Booth (1943-), teórico britânico de relações internacionais; Eric Grove (1948-), historiador naval e analista de defesa britânico; e pelo Almirante da ex-União Soviética Sergey Gorshkov (1910-1988) (ROWLANDS, 2012).

Cable dedicou-se aos atos diplomáticos coercitivos das forças navais conhecidos como “diplomacia das canhoneiras” ou "*gunboat diplomacy*", prática realizada desde o século XIX, mas que somente despertou o interesse pela sua compreensão teórica nas décadas de 1960 e 1970, durante a Guerra Fria (TILL, 2009).

Para Cable (1981), a definição de diplomacia das canhoneiras envolve o uso de forças navais limitadas como ferramenta diplomática de um governo mesmo contra estrangeiros:

A diplomacia das canhoneiras é o uso, ou ameaça, de forças navais limitadas, diferentemente de um ato de guerra, visando a garantir uma vantagem ou prevenir uma possível perda, tanto em uma disputa internacional ou contra estrangeiros dentro do território ou na jurisdição de seu próprio Estado³ (CABLE, 1981, p.39, tradução nossa).

Com base na definição acima, Cable propõe uma tipologia das forças navais que abrange quatro categorias principais, como:

- Força definitiva (*definitive force*): utilizada para alcançar um objetivo evidente, onde o oponente poderia concordar ou retaliar, porém não seria capaz de impedir a ação;
- Força intencional (*purposeful force*): utilizada para persuadir um Estado a alterar sua política;
- Força catalítica (*catalytic force*): utilizada para responder a uma ameaça ou crise, por meio de uma ação preventiva; e
- Força expressiva (*expressive force*): utilizada para enfatizar e dar veracidade a uma declaração ou ato.

Luttwak (1974), por sua vez, descreve a diplomacia naval como um conceito mais amplo e que envolve não só a coerção, mas também a colaboração entre os atores como meio diplomático. Assim, ele afasta-se das ideias de Cable e propõe a “teoria da persuasão”⁴ (*theory*

³ Texto original: “Gunboat diplomacy is the use or threat of limited naval force, otherwise than as an act of war, in order to secure advantage, or to avert loss, either in the furtherance of an international dispute or else against foreign nationals within the territory or the jurisdiction of their own state” (CABLE, 1981).

⁴ Tradução nossa.

of suasion), com vistas a combinar a dissuasão e a persuasão, utilizando-se de um “neologismo” convenientemente neutro, segundo ele, para sugerir a aplicação política indireta das forças navais no atingimento dos interesses de um Estado.

Segundo Luttwak, as diversas ações de persuasão poderiam, além de apoiar aliados, dissuadir adversários ou obrigá-los a mudar sua política. Para o mesmo autor, enquanto a luta armada não se deflagra, as interações militares, resultantes da aplicação das vontades políticas durante a manobra de crise, resolvem-se a partir das percepções dos possíveis resultados da aplicação efetiva da força.

De uma forma geral, Luttwak sugere que as comparações de forças, apesar de altamente ilusórias, podem ser as únicas variáveis que comumente podem interferir nas decisões e determinar a eficácia política das forças navais.

Já Booth introduziu o conceito da “trindade das funções navais”⁵ (*trinity of naval functions*), sugerindo que as forças navais possuíam três papéis principais: militar, policial e diplomático. Quanto ao papel diplomático, ao contrário de Cable e se aproximando das ideias de Luttwak, Booth tende ao uso menos coercitivo dos navios de guerra (ROWLANDS, 2012).

Booth desdobrou a diplomacia naval em três grupos: negociação em posição de força, com as tradicionais demonstrações navais; manipulação para modificar os comportamentos dos outros atores; e prestígio, que resulta tanto de ações específicas como as visitas, bem como do comportamento da Marinha (TILL, 2009).

A partir da trindade proposta por Booth, Grove (1990) desenhou seu próprio triângulo do “uso do mar”. Posteriormente, expandindo-o graficamente, Grove inseriu três círculos sobre seus lados⁶, gerando sobreposições entre as três básicas desempenhadas pelas Marinhas. A intenção de Grove era evidenciar a correlação e a interdependência entre as

⁵ Figura 2 - O triângulo do “uso do mar” de Ken Booth (Anexo B).

⁶ Figura 3 - Os triângulos primário e secundário do “uso do mar” de Eric Grove (Anexo C).

funções militar, policial e diplomática. Assim, uma força naval poderia abranger mais de uma função em uma mesma missão.

Em que pese o caráter de confrontação do período bipolar, da mesma forma que os autores ocidentais, o Almirante Gorshkov, arquiteto do Poder Naval da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e perspicaz observador do mundo ocidental (ROWLANDS, 2012), também destacava a utilização do Poder Naval como instrumento de política externa. Gorshkov concluiu em seus estudos que as Marinhas eram um importante apoio à diplomacia em tempos de paz (TILL, 2009).

2.1.3 A diplomacia naval no pós-Guerra Fria

O término da Guerra Fria e o afastamento da ameaça do holocausto nuclear propiciaram o início de uma nova era, com os Estados Unidos da América (EUA) desempenhando o papel de única superpotência militar com capacidade de atuação global e uma ordem econômica interdependente multipolar (MINGST, 2014).

Passou-se a acreditar em uma paz duradoura, como proclamada por Francis Fukuyama (1952-) ao decretar o “fim da história” em virtude do encerramento dos embates ideológicos entre os blocos capitalista e socialista. Fukuyama defendia a ideia de que o homem havia chegado a um modelo de sociedade que representaria o estágio final da humanidade, a democracia liberal (VESENTINI, 2012).

Entretanto, o fim do mundo bipolar não garantiu a paz esperada. As transformações ocorridas nas esferas política, econômica e social, principalmente devido à intensificação das transações comerciais marítimas, apesar de permitirem a emergência positiva de novos atores no Sistema Internacional (SI)⁷, também trouxeram novos conflitos regionais, a ascensão de

⁷ É o cenário onde se processam as Relações Internacionais entre os Estados (Nota nossa).

atores não-estatais e a inclusão de novos temas na agenda dos Estados, como: crimes transnacionais e ambientais; tráfico de entorpecentes, armas e pessoas; fluxos de imigrantes e refugiados; e mudanças climáticas (MINGST, 2014).

Como consequência dessas alterações no SI, e visando a tratar de novas questões afetas à segurança dos Estados, que não as exclusivamente militares, gerou-se a necessidade de reavaliar o emprego, modernizar e adaptar as forças navais, de forma a considerar a gama de novos assuntos e atores envolvidos.

Assim, a diplomacia naval teve seu campo de atuação ainda mais ampliado em relação ao que Luttwak propusera. Passou a ser dirigido contra atores estatais. Mas, continuou a representar desde medidas cooperativas – como visitas a portos estrangeiros, exercícios multinacionais, assistência humanitária e operações de paz – até atos coercitivos, seja para sinalizar a rivais suas intenções, dissuadir um oponente ou obrigar um outro ator a alterar sua postura política.

Hervé Coutau-Bégarie (1956-2012) propõe uma tipologia que exemplifica toda a dimensão da diplomacia naval, dividindo-a em duas categorias: uma compreendendo missões permanentes, e outra, em situação de crise (WEDIN, 2015). Segundo Coutau-Bégarie, as missões permanentes subdividem-se em:

- Diplomacia simbólica: afirmação da hierarquia e dissuasão “existencial”;
- Diplomacia de rotina: visitas a portos e exercícios operativos internacionais, como “mostrar bandeira”;
- Diplomacia de defesa: participação da Marinha em negociações diplomáticas; e
- Diplomacia econômica: apoio a indústria nacional de defesa, promovendo a venda de armamentos e demonstrando a capacidade tecnológica de um país.

Já as missões em situação de crise compreenderiam:

- Diplomacia humanitária: intervenções na ocasião de catástrofes e as Operações de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU);
- Diplomacia protetora: proteção aos cidadãos e aos interesses nacionais no estrangeiro, incluindo-se as Operações de Evacuação de Não-Combatentes; e
- Diplomacia política ou de poder: representando o papel clássico dos navios de guerra, nos moldes da diplomacia das canhoneiras de Cable.

Assim como Coutau-Bégarie, Geoffrey Till, um dos principais representantes do pensamento estratégico naval da atualidade, incorpora, em seu estudo sobre a diplomacia naval, os efeitos das transformações ocorridas no mundo pós-Guerra Fria. Considerando-se a escolha em utilizar este último autor como referencial teórico deste trabalho, decidiu-se por dedicar a próxima seção especificamente para a apresentação das tipologias e da caracterização da diplomacia naval segundo Till.

2.2 A DIPLOMACIA NAVAL SEGUNDO GEOFFREY TILL

Após uma análise da história e dos trabalhos de seus antecessores, Till (2009) consegue constatar que a diplomacia naval é tão antiga quanto a civilização e que se trata de uma atividade por si só e não de um emprego complementar das forças navais. Com isso, ele conclui que os teóricos do pensamento marítimo clássico, ao tratarem somente do emprego das Marinhas na guerra, conseguiram lidar apenas parcialmente com a complexidade do tema.

Till acredita que a devida dimensão ao termo veio apenas com os estudos do período de Guerra Fria. Segundo o autor, foram os acadêmicos da segunda metade do século XX que adicionaram o detalhamento necessário sobre a dinâmica de diplomacia naval e os propósitos políticos a que serve. Com base nisso, Till conclui que o Poder Naval também era um aspecto importante da diplomacia em tempos de paz.

Entretanto, no caso de Cable, e de seu estudo sobre a diplomacia das canhoneiras, percebe-se que, apesar do termo ser bastante difundido, tem um significado muito estreito e trata apenas do emprego coercitivo da diplomacia naval. Till diverge deste pensamento acreditando em uma abordagem mais ampla, assim como as idealizadas por Luttwak, Booth e Grove.

Assim, por tratar o uso não beligerante e político das forças navais como algo extremamente significativa para as ambições de um Estado, e não uma espécie de bônus ou algo feito pelas Marinhas quando não há guerras para lutar, Till considera que a diplomacia naval deva ocupar uma posição mais elevada. Propõe que seja declarada como uma tarefa básica das Marinhas, independentemente do seu tamanho ou do nível de persuasão política dos governantes. As Marinhas, com isso, encontram uma justificativa, frente ao Poder Político, para sua existência e permanência.

O autor enfatiza que a estratégia naval deve estar conscientemente relacionada à política externa e que o emprego diplomático do Poder Naval confere ao Estado uma poderosa ferramenta de sinalização política e militar. Tem grande potencial, portanto, em ser aplicada em crises com a finalidade de impedir uma escalada que possa levar ao conflito bélico. Quanto aos componentes da diplomacia naval, Till entende que a Marinha poderia realizar três tipos de missões diplomáticas⁸: construção de cenários (*picture building*), construção de coalizões (*coalition building*) ou atos de coerção (*coercion*).

“A Presença Naval facilita, mas não é uma condição necessária para construção de cenários, atos de coerção e atividades de construção de coalizões”⁹ (TILL, 2009, p. 257, tradução nossa). Assim, Till considera que a Presença Naval, por si só, é insuficiente como

⁸ Figura 4 - Os componentes da diplomacia naval de Geoffrey Till (Anexo D).

⁹ Texto original: “Naval presence facilitates, but is not necessarily a condition for, picture building, acts of coercion and coalition -building activities” (TILL, 2009).

ponto focal da diplomacia naval, pois representa mais uma capacidade do que de fato uma missão. Ou seja, a Presença é um meio para atingir os resultados associados à diplomacia naval.

Esse ponto de vista diverge ao do Almirante Stansfield Turner (1923-2018), que descreveu a Presença, uma das missões essenciais originais da Marinha dos EUA, como o uso das forças navais, em missões não combativas, para conquistar os seguintes objetivos políticos: impedir hostilidades e encorajar ações de interesse dos EUA e de seus aliados (TURNER, 1974). Ainda segundo Turner, a Presença seria empregada por meio de desdobramentos preventivos de força navais em tempos de paz ou em desdobramentos reativos, no caso de resposta a crises. Assim vista, a Presença, de uma forma genérica, equivale a manter sob vigilância constante o sistema marítimo como um todo.

Sobre as três componentes da diplomacia naval, Till ressaltou que suas distinções não podem ser mensuradas por meio da composição da força naval, mas sim no propósito do seu emprego. Com isso, uma mesma força naval poderia ser empregada em mais de uma forma de diplomacia naval simultaneamente. Ainda segundo Till, as missões diplomáticas poderão estar inseridas em outras atividades afins, como Operações Humanitárias. Assim, devido à enorme gama de possibilidades provenientes dessas observações, nota-se o grau de complexidade para definir as características necessárias dos meios e forças navais a serem empregados em diplomacia naval.

Além disso, os navios de guerra não são projetados para missões como construção de cenários ou construção de coalizões. Dessa maneira, tornava-se válido o conceito apresentado por Booth e Grove, ao considerarem o papel militar, a base de seus triângulos das funções navais, razão de ser dos navios de guerra. Para ambos, qualquer capacidade relacionada à diplomacia é uma derivação da capacidade eminentemente militar. Aqui, entende-se caber uma crítica a esses dois eminentes autores que parecem excluir a diplomacia naval que decorre dos intercâmbios, da presença de Adidos militares e até das visitas de navios-veleiros sem qualquer armamento.

Voltando a Till, o autor lista algumas observações que precisam ser consideradas para o emprego da diplomacia naval:

– O sucesso é difícil de se provar, sobretudo quando se trata de dissuasão naval, uma das formas de coerção que envolve objetivos negativos. Nesse caso, a incerteza do porquê o adversário não tomou determinada atitude continuará presente, pois saber se o seu comportamento foi influenciado pela ameaça imposta ou se o contendor já não pretendia agir, realmente é uma tarefa árdua;

– A diplomacia naval, apesar de ser indispensável, é apenas uma parte da atividade diplomática de um Estado e raramente é decisiva por si só;

– A diplomacia naval não é melhor do que a política a que serve; por isso, sua eficácia pode ser prejudicada por deficiências nos objetivos do nível político; e

– Há grandes custos envolvidos em torno do emprego da diplomacia naval, principalmente se ela estiver materializada na dissuasão naval; estabelecendo um corolário, é também muito difícil de verificar a eficácia dos recursos aplicados.

Além disso, em termos genéricos, Till identifica alguns requisitos para a condução das tarefas afetas à diplomacia naval:

– Possuir imagem precisa e mídia favorável;

– Como a diplomacia naval é uma questão de percepção e credibilidade, possuir prestígio e gerenciar a mídia é crucial para o seu sucesso;

– Poder de combate ofensivo e defensivo suficiente e apropriado para a tarefa, que são capacidades complexas de se mensurar; e

– Grau de controle adequado, ou seja, deve haver regras nem muito permissivas, que não evitem falhas, nem demasiadamente restritivas, que limitem a utilidade diplomática das forças navais.

Com base nas singularidades descritas, serão abordadas nas próximas subseções as componentes da diplomacia naval tipificadas por Till.

2.2.1 A construção de cenários

Caracterizada por ser um conjunto de atividades normalmente desempenhadas por órgãos tipicamente diplomáticos (Embaixadas e Adidâncias, por exemplo), visam a coletar, processar e divulgar dados sobre as ações políticas de aliados e potenciais adversários. É essencial para gerar oportunidades estratégicas, prever riscos e projetar ameaças. Ocorre que as forças navais também têm um papel importante a desempenhar na construção de cenários, principalmente, pela capacidade de navegar além do horizonte sem ser detectada. Pode, assim, coletar dados e imagens sobre as características geográficas das áreas litorâneas de interesse e avaliar pontos fortes e fracos de outras forças militares nessas regiões (TILL, 2009).

Segundo Till, uma tarefa de construção de cenários bem-sucedida pode trazer vantagens operativas quando atuando longe dos próprios domínios e próximo ao local de interesse. Além disso, facilitará ações subsequentes de coerção ou de construção de coalizão. Por outro lado, o fracasso dessa tarefa pode tanto gerar suposições errôneas dos adversários em relação às intenções próprias de quem implementa a construção de imagens, quanto subestimar as capacidades dos adversários. Disso pode resultar um conflito não pretendido pelas partes, mas que se tornaria inevitável devido a atitudes imprudentes realizadas a partir de cenários incorretamente construídos. Assim como o conhecimento é fonte de poder, a sua falta poderá causar um insucesso.

Essa atividade guarda semelhanças com a diplomacia de rotina, uma das subdivisões da diplomacia naval idealizada por Coutau-Bégarie, que poderia ser realizada, por exemplo, durante visitas a portos estrangeiros, exercícios internacionais com outras

marinhas, Operações Humanitárias e de Paz ou, até mesmo, quando navegando em trânsito entre regiões.

Dessa maneira, tornam-se válidos os conceitos apresentados por Luttwak, Booth e Grove por considerarem a diplomacia naval algo mais abrangente do que apenas os atos coercitivos da diplomacia das canhoneiras de Cable.

2.2.2 A construção de coalizões

A construção de coalizões é uma abordagem colaborativa que inclui uma série de atividades destinadas a garantir os objetivos da política externa influenciando apenas o comportamento de aliados e potenciais amigos. Segundo Till, existem diversas motivações que podem conduzir um Estado a optar pela construção de coalizões. Elevar a eficiência e eficácia dos dispositivos de segurança militar conjunta e gerar apoio mútuo são, normalmente, as mais comuns.

De forma genérica, as coalizões entre os Estados fortalecem suas capacidades militares e constroem confiança, com os propósitos de garantir interesses comuns e de contrapor-se em conjunto a um poderio divergente. Isso tende a ganhar ainda mais proeminência na atualidade, devido ao reflexo causado no sistema marítimo mundial pelo acirramento da competitividade entre os Estados.

Till ainda sugere haver atividades eminentemente diplomáticas que, além de ajudar a manter boas relações entre países, podem gerar futuras coalizões. Essas atividades variam desde contatos pessoais em reuniões profissionais ou simpósios navais, visitas a portos estrangeiros, exercícios casuais de oportunidade, passando por exercícios bilaterais até exercícios multinacionais altamente organizados. É oportuno notar que a operação em conjunto das forças navais multinacionais requer bastante adestramento, a fim de garantir a

interoperabilidade, a eficiência e o sucesso nas ações, já que os padrões operacionais normalmente diferem entre os países, mesmo que aliados.

Comparando-se essas duas últimas modalidades, construção de cenários e construção de coalizões, percebe-se que são atividades muito semelhantes, podendo serem combinadas e realizadas simultaneamente, conforme evidenciado por Till. Isto se deve ao fato de ambas convergirem para a vertente cooperativa de diplomacia naval.

2.2.3 *A coerção naval*

Till, com base na doutrina marítima britânica, descreve a coerção naval como uso deliberado e limitado da força, ou a ameaça de seu uso, visando a impedir o movimento indesejado de um eventual agressor ou a obrigá-lo a cumprir, ou a desfazer, algo. Portanto, a diplomacia naval realizada por meio de operações coercitivas é aquela em que o Estado faz uso de suas forças navais para impedir uma atividade ou cercear a ação de um adversário e, com isso, moldar interesses do partido adverso aos seus próprios.

Nota-se que, diferentemente do que ocorre com as atividades de construções de cenário e coalizão, modalidades cooperativas da diplomacia naval, aqui Till tende a aproximar o conceito de coerção naval àquele cunhado por Cable para a diplomacia das canhoneiras.

Com a finalidade de diferenciar os atos que se valem apenas da ameaça, daqueles que utilizam, efetivamente, a força, mesmo que limitada, Till subdividiu a coerção naval em duas vertentes. A forma que envolve objetivos negativos foi denominada de operações de dissuasão naval (*naval deterrence*) e a que envolve objetivos positivos de compêlência¹⁰ naval (*naval compellence*).

¹⁰A tradução da palavra em inglês *compellence* para a língua portuguesa ainda é nebulosa, porém seu significado aproxima-se ao do verbo *to compel*, sinônimo de *to force*. Neste trabalho, portanto, o autor propõe a utilização do anglicismo, compêlência como a substantivação do ato de obrigar ou compelir alguém a fazer algo.

Por meio da dissuasão naval, a força dissuadida sente-se impedida de atingir seus objetivos, ou avalia que, mesmo que os atinja, os custos impostos pela força dissuasória seriam proibitivos (TILL, 2009). Portanto, é uma tentativa de manutenção do *status quo*.

Para Till, a dissuasão naval é uma atividade não danosa e preventiva, pois visa a impedir uma ação antes mesmo que ela ocorra. Está baseada na percepção, pelo partido que se pretende dissuadir, do potencial, e não do uso efetivo da força dissuasória. Vale novamente destacar a dificuldade em resumir seus requisitos uma vez que envolve objetivos negativos. Assim, é essencial ter-se, além de forças navais com capacidade de gerar um impacto significativo, uma imagem precisa das intenções do Estado dissuasor.

Conforme antecipado, ainda que a credibilidade e o prestígio do Poder Naval sejam fundamentais à dissuasão, torna-se difícil comprovar a sua eficácia, já que não fica evidente se o recuo do Estado dissuadido foi devido à crença de que as ameaças sofridas poderiam ser levadas até as últimas consequências, ou se o recuo já era sua intenção inicial. Ou seja, a atitude que se intencionava dissuadir era apenas um blefe.

“Dominar o inimigo sem lutar, esse é o auge da habilidade”¹¹ (TZU, 1963, p. 77, tradução nossa). Com esse provérbio, retirado da obra *The Art of War* de Sun Tzu (544 a.C.-496 a.C.), pode-se, de forma genérica, resumir o que se pretende com a dissuasão naval.

Durante a Guerra Fria, desenvolveu-se a sua variante mais extrema, a dissuasão nuclear, ou seja, a ameaça implícita ou explícita do emprego de armas nucleares. Entretanto, nenhuma das superpotências mostrou-se disposta a usá-las, já que a mera existência dessas armas punha em risco a existência de ambos (MINGST, 2014).

Diferentemente da dissuasão, a compêlência naval demanda uma sinalização suficientemente clara da ameaça, admitindo o uso limitado da força. Assim, a compêlência

¹¹ Texto original: “To subdue the enemy without fighting, that is the acme of skill” (TZU, 1963).

pode causar danos, incluindo a letalidade, e visa a alterar o curso de uma ação. Segundo Till, é utilizada para obrigar um adversário a fazer, ou parar de fazer, algo.

Till enfatiza que essa separação teórica entre dissuasão e compelência nem sempre é vista na prática, sendo possível que um único ato de uma força naval atenda a ambas. Além disso, para o inimigo, é difícil discernir a compelência de uma efetiva conduta de guerra. Afinal, como visto, para que a compelência possa atingir seus objetivos positivos, ela exige um grau de força maior, por vezes perceptíveis como um ato belicoso.

Com isso, caso esse ato de coerção não seja empregado com uma satisfatória construção de cenários, ao invés da intimidação almejada, pode-se obter resistência por parte do adversário, tornando-se contraproducente ou criando uma escalada não desejada da crise entre os Estados envolvidos. Portanto para compelir, é preciso estar preparado para combater e ter bem executada a fase de construção de cenários.

Face ao exposto, a coerção naval, seja pela dissuasão ou compelência, visa a manipular o comportamento do oponente, por meio de ameaças críveis do recurso à violência para o atingimento dos fins políticos. A coerção, portanto, aparenta ser uma tentativa de evitar a eclosão de um conflito, que demanda altos custos de pessoal e material.

2.3 CONSOLIDAÇÃO TEÓRICA

Diante dos aspectos analisados nas seções anteriores, constata-se que a diplomacia naval é uma prática histórica, que contribui de forma significativa para os esforços diplomáticos e, conseqüentemente, para a consecução dos interesses dos Estados, normalmente, em tempo de paz.

Embora os benefícios políticos da "exibição da bandeira", da ameaça, ou do uso limitado da força já fossem implicitamente compreendidos há um longo tempo, foi somente

a partir da Guerra Fria, talvez por conta desse período ter atraído maior interesse quanto ao potencial de coerção do Poder Naval, que o tema passou a ser formalmente estudado.

Convém mencionar que os conceitos formulados pelos diversos estudiosos e estrategistas navais, apesar de, por vezes, divergentes, transmitiram a complexidade e as vantagens que a atividade é capaz de proporcionar.

Finalmente, destaca-se que Geoffrey Till, considerado um especialista em história e estratégia militar-naval, após um exame perspicaz das tendências do Poder Naval no século XXI, soube bem definir a extensa amplitude da diplomacia naval, que abrange tanto formas cooperativas, por meio das atividades de construção de imagens e coalizões, quanto coercitivas, como a dissuasão e a compelência naval. Till, credencia-se, assim, como um excelente referencial teórico para análise proposta neste trabalho.

De posse da análise teórica, adiante serão apresentados o entorno estratégico de interesse do Brasil e o objeto de estudo selecionado, assim como as ações de Diplomacia Naval que a MB vem realizando sobre esse objeto.

3 O ENTORNO ESTRATÉGICO E AS AÇÕES NAVAIS BRASILEIRAS

O SI contemporâneo é marcado pela multipolaridade econômica decorrente da globalização¹², que promoveu o processo de desenvolvimento econômico por meio do aumento da democratização e pela expansão do sistema capitalista (CERVO, 2015). Os Estados tornaram-se mais interdependentes e associações político-econômicas regionais foram estabelecidas em busca de apoio aos respectivos interesses nacionais e de maior influência internacional. Nesse contexto, o Brasil vem se estabelecendo como uma potência emergente que intenciona, a partir de uma liderança regional, participar de forma mais ativa do SI.

Na esfera econômica, os mercados financeiros estão interligados por laços cada vez mais indissolúveis. As corporações multinacionais e a internacionalização da produção e do consumo fazem com que seja cada vez mais difícil para os Estados regular suas próprias políticas econômicas, tornando-os cada vez mais sujeitos às forças internacionais (MINGST, 2014). Com isso, atualmente, as crises econômicas e sociais, mesmo que regionais, têm o potencial de gerar reflexos para a segurança e paz mundiais. Sendo assim, para que prevaleçam as relações não conflituosas e a coexistência de potências econômicas consolidadas e emergentes, é primordial a manutenção do diálogo e o investimento na cooperação.

Um outro contraponto ao desenvolvimento propiciado pela globalização foi a facilitação da disseminação de ameaças, como o terrorismo, o narcotráfico, o tráfico de armas, a pirataria e, até mesmo, as pandemias. Projetando-se para o segmento marítimo, essas ameaças acarretaram novos desafios no plano da defesa, uma vez que o transporte marítimo, principal meio de escoamento do comércio internacional, tornou-se um alvo¹³. Assim, a segurança

¹²Integração mundial em termos políticos, econômicos e culturais (MINGST, 2014).

¹³Como exemplo, os atos da pirataria e de roubo armado no Golfo da Guiné foram cerca de 54, em 2015; 95, em 2016; e 97, em 2017 (GUEDES, 2019).

marítima encontra-se constantemente em pauta nas discussões dos diversos fóruns de governança global.

Diante desses fatos e natural vocação marítima, respaldada pelo seu extenso litoral e magnitude do seu comércio marítimo, é de interesse do Brasil a manutenção da paz e segurança no Atlântico Sul. Vale dizer que, durante o período da Guerra Fria, a segurança desse espaço marítimo esteve a cargo dos arranjos, capitaneados pelos EUA, de segurança hemisférica focada no continente americano. No contexto atual, é interesse brasileiro, conforme poderá ser visto abaixo, que a região do Atlântico Sul continue sendo considerada benigna, com a diferença, contudo, que isso seja garantido por meio de um arranjo em que o Brasil tivesse maior protagonismo, e não dependesse de potências extrarregionais.

No ano de 2012, em prol da defesa nacional contra ameaças externas e da garantia dos direitos de soberania sobre o território e os espaços marítimos, a PND definiu como entorno estratégico brasileiro uma área ampla, contendo além da região sul-americana, o mar do Caribe, a África Atlântica¹⁴ e a Antártica (BRASIL, 2012b). Assim, considerando a região balizada pelas águas do Atlântico Sul como parte da principal área de interesse brasileiro, fazem-se mister o aprofundamento dos laços de cooperação com os países liminhos e o desenvolvimento de capacidades de acompanhamento, monitoramento e controle do tráfego marítimo, visando a impedir a ocorrência de incidentes ou intervenções externas nos seus extensos litorais e águas jurisdicionais.

Nesse escopo, a política externa e as atividades diplomáticas brasileiras, por meio dos Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com o apoio do Ministério da Defesa (MD), buscam a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados do seu entorno estratégico, priorizando os países da América do Sul e da África. Com base no diálogo e

¹⁴Este autor considerou como África Atlântica toda a costa do continente africano banhada pelo Oceano Atlântico (Nota nossa).

cooperação internacionais, o Brasil visa a garantir seus objetivos nacionais de defesa fomentando parcerias estratégicas para a superação de obstáculos que se apresentam na área de defesa e segurança (BRASIL, 2012a). Em termos geopolíticos, o Brasil busca a sua consolidação como um dos principais atores emergentes mundiais, a partir da posição de liderança entre os países do Atlântico Sul.

Considerando a repercussão e atualidade do debate sobre a importância dos espaços marítimos do Atlântico Sul, o presente capítulo procura analisar, inicialmente, os componentes que tornam esse oceano tão importante para o Brasil. Em seguida, busca-se evidenciar a aplicação da diplomacia naval brasileira na costa ocidental da África entre os anos de 2012 e 2018, objeto global de estudo deste trabalho.

3.1 O ATLÂNTICO SUL E SUA RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

O Oceano Atlântico é o segundo maior oceano do planeta e, com uma área aproximada de 76,8 milhões de km², cobre cerca de um quinto da sua superfície. Está localizado entre três continentes: América, Europa e África. Em razão da extensão e do posicionamento estratégico, o Atlântico é de vital importância para a economia mundial, abrigando diversas reservas de petróleo e gás natural e concentrando grandes fluxos comerciais, por meio do transporte marítimo (BRASIL, 2017b).

A região denominada como Atlântico Sul está situada entre a costa leste sul-americana e a costa Oeste africana, tendo como principal área estratégica o afunilamento existente entre o nordeste brasileiro e a África ocidental. No “Gargalo do Atlântico”, ocorre o cruzamento de diversas LCM entre as áreas norte e sul do Oceano Atlântico. Destacam-se, ainda na porção sul do Atlântico, as ligações aos oceanos Pacífico e Índico, que constituem,

respectivamente, vias alternativas aos canais do Panamá e de Suez, os quais podem ser bloqueados, ou simplesmente saturados.

3.1.1 A “Amazônia Azul”

O Atlântico Sul é uma prioridade estratégica para o Brasil, sendo sua importância equiparada à Amazônia brasileira, tanto pela extensão, quanto pelas riquezas existentes. Em função dessa comparação, as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) foram denominadas como a “Amazônia Azul”¹⁵ (BRASIL, 2017b). Com isso, buscava-se alertar a sociedade brasileira sobre a importância estratégica desse imenso espaço marítimo, que contém recursos naturais relevantes e se constitui como a principal via de comércio exterior do país.

A “Amazônia Azul” tem suas dimensões delimitadas de acordo com o contido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) (BRASIL, 2017b). Em vigor desde 1994¹⁶, a CNUDM também definiu os direitos e deveres dos estados costeiros e navios nas diferentes áreas marítimas (BRASIL, 2017a). Assim, o Brasil possui o direito de explorar essa extensa área oceânica, que equivale a, aproximadamente, metade da sua massa continental.

O relatório da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de 2019, referente ao ano de 2018, aponta que 12,9 bilhões de barris de petróleo e 299,1 bilhões de m³ de gás natural encontram-se no mar, o que representa, respectivamente, cerca de 96%¹⁷ e 81%¹⁸ das reservas

¹⁵Termo criado pelo ex-Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Guimarães Carvalho, em 2004, descrevendo suas riquezas e dimensões próximas à Amazônia Verde (GUIMARÃES CARVALHO, 2004).

¹⁶A CNUDM foi concluída em 10 de dezembro de 1982, em Montego Bay, Jamaica, porém somente entrou em vigor em 16 de novembro de 1994 (BRASIL, 2017a).

¹⁷As reservas provadas de petróleo, em 2018, totalizaram 13,4 bilhões de barris, das quais 495,3 milhões encontram-se em terra e 12,9 bilhões de barris em mar (BRASIL, 2019a).

¹⁸As reservas provadas de gás natural, em 2018, totalizaram 368,9 bilhões de m³, das quais 69,8 bilhões de m³ encontram-se em terra e 299,1 bilhões de m³ em mar (BRASIL, 2019a).

provadas¹⁹ brasileiras de petróleo e gás. No que diz respeito à produção de petróleo no mar, cerca de 55% é proveniente do “pré-sal”²⁰ (BRASIL, 2019a).

Além da extração dos combustíveis fósseis e de outros recursos vivos e não vivos, do mar é retirado grande parte do pescado para subsistência da população e por ele são escoados e recebidos cerca de 95% das exportações e importações brasileiras (BRASIL, 2017c). Todos esses recursos e seu potencial de transformação em fontes de riquezas podem se tornar objeto de cobiça, o que impõe ao detentor o ônus de sua proteção para a defesa da soberania nacional (GUIMARÃES CARVALHO, 2004).

A proteção da “Amazônia Azul” requer um Poder Naval preparado, balanceado, equipado e com credibilidade, capaz de deter possíveis ameaças e agressões além dos limites marítimos brasileiros, provendo a adequada defesa para exploração da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a segurança para as LCM. Essa defesa em profundidade (FERREIRA, 2011) por meio de construções de parcerias, dissuasão de adversários e ações de presença para combate às “novas ameaças”²¹, torna-se um campo propício para a diplomacia naval.

Diante dos aspectos analisados, constata-se, além da relevância econômica da “Amazônia Azul”, a importância da estabilidade no Atlântico Sul para a segurança do Brasil.

3.1.2 *A cooperação no Atlântico Sul*

Segundo a PND, dentre os fatores que contribuem para a redução da possibilidade de conflitos no entorno estratégico brasileiro destacam-se:

¹⁹As reservas provadas são aquelas que se estima recuperar comercialmente de reservatórios descobertos e avaliados, com elevado grau de certeza (BRASIL, 2019a).

²⁰O “pré-sal” é uma área de reservas petrolíferas composta por grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial situada abaixo de uma profunda camada de sal no leito do mar, formando uma das várias camadas rochosas do subsolo marinho (BRASIL, 2019a).

²¹As “novas ameaças” representam os fenômenos ligados a interdependência e transnacionalização, em que se incluem o terrorismo, epidemias de saúde, tráfico de drogas, pessoas e armamentos, riscos ambientais e pirataria (MINGST, 2014).

o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), facilitada pelos laços étnicos e culturais; a desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul e o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) (BRASIL, 2012b, p.21, grifo nosso).

Com base nessas diversas parcerias construídas pelo Brasil ao longo dos anos, percebe-se que a política externa brasileira tem atuado positivamente no Atlântico Sul, com o intuito de fomentar o diálogo e a cooperação entre os países limítrofes, contribuindo sobremaneira com a manutenção da paz e da estabilidade.

Em relação à África, mais precisamente à sua costa ocidental, o Brasil dedica especial atenção à construção de um ambiente cooperativo sob a égide das vertentes econômicas e de defesa. Nesse cenário, destaca-se a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)²², que criada em 1986 pela ONU, por iniciativa brasileira, é constituída apenas por países da costa oriental da América do Sul e da costa ocidental da África, possuindo, atualmente, 24 membros (BRASIL, 2016c).

Ainda em consonância com a PND, a Estratégia Nacional de Defesa (END), determinou ao MD uma postura estratégica cooperativa com a intensificação das parcerias e intercâmbios militares com os países limítrofes ao Atlântico Sul. Essa ação estratégica visa à manutenção de um ambiente cooperativo para a segurança marítima e a estabilidade regional (BRASIL, 2012a), deixando evidente a importância de buscar uma maior participação do Brasil em operações militares internacionais em apoio à política exterior do País.

Entretanto, outros atores se fazem presentes na área marítima do Atlântico Sul. França e Reino Unido possuem territórios ultramarinos e acesso facilitado à suas ex-colônias

²²Países membros da ZOPACAS: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (BRASIL, 2016c).

na região. Já China²³ e Índia²⁴ têm incrementado suas presenças em busca de novos mercados, alimentos e recursos energéticos (KAPLAN, 2012). Além disso, o aumento da pirataria e do roubo armado no Golfo da Guiné tem comprometido a segurança marítima e, conseqüentemente, o comércio internacional e a estabilidade na região. Esse fato acabou por atrair outros atores interessados em mitigar tais adversidades, como os EUA²⁵, cuja presença militar representa uma ingerência de potências extrarregionais no Atlântico Sul.

Assim, esse espaço marítimo, em virtude das suas diversas fontes de riquezas, tem cada vez mais ampliado o seu potencial econômico e despertado o interesse de outros Estados, alheios os países sul-americanos e da costa ocidental africana. Isto vem aumentando a competitividade e o conflito de interesses, possibilitando as eventuais deflagrações de tensões e militarização do Atlântico Sul, o que não interessa ao Brasil.

Apesar de essas reais presenças estrangeiras configurarem-se, numa primeira análise, em uma situação de desafio para o Brasil, pode-se concluir que dela também advém oportunidades. São exemplos, o incremento de intercâmbios, mesmo que ainda falte protagonismo brasileiro, a atuação em conjunto, em prol de um ambiente cooperativo de apoio mútuo para a solução de desafios comuns e um estímulo para que o Brasil efetivamente envolva meios a consolidação do papel de sua liderança na segurança do Atlântico Sul. Todas essas oportunidades, em consonância com o previsto na PND e END, tornam-se campos de atuação da diplomacia naval brasileira, que será abordada na próxima seção.

²³O que impele a China ao exterior é a necessidade de assegurar energia, metais e minerais estratégicos a fim de alimentar seu crescimento e sustentar o padrão de vida em ascensão de aproximadamente um quinto da humanidade (KAPLAN, 2012).

²⁴A Índia tem aspirações a uma presença no estilo da Doutrina Monroe por todo o Oceano Índico, do Sul da África à Austrália, sendo a costa Oeste africana uma das áreas secundárias de atuação (KAPLAN, 2012).

²⁵O Comando dos EUA para a África (U.S. AFRICOM) foi criado em 2007 e tem como missão: combater as ameaças transnacionais e os agentes malignos; fortalecer as forças de segurança e responder a crises para promover os interesses nacionais dos EUA; e promover a segurança, estabilidade e prosperidade regionais (UNITED STATES OF AMERICA, 2020a).

3.2 O EMPREGO DA DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA NA ÁFRICA ATLÂNTICA

Do glossário das Forças Armadas, extrai-se que as ações de cooperação entre países amigos, voltadas para a defesa, incluindo o estabelecimento de adidâncias militares, a realização de conferências, as ações militares combinadas e os intercâmbios entre estabelecimentos de ensino, são o que se denomina de diplomacia militar (BRASIL, 2015b).

3.2.1 *As ações de diplomacia naval na Doutrina Militar Naval*

No âmbito da MB, a diplomacia naval está associada diretamente às atividades de apoio à política externa, mostrando uma convergência entre a Doutrina Militar Naval (DMN) e o glossário das Forças Armadas. Conclui-se, então, que a diplomacia naval, de acordo com a interpretação brasileira, é caracterizada pelo emprego do Poder Naval para o atingimento dos interesses da política externa do Estado, em tempo de paz. Sendo assim, nota-se que a MB traz a diplomacia naval já inserida na sua missão, ao estabelecer como um dos propósitos da Força, “o apoio à política externa” (BRASIL, 2017b).

Outro fato importante é que a exequibilidade da diplomacia naval se dá pelas características de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade do Poder Naval, acrescidas à liberdade de navegação (BRASIL, 2017b). Assim, os meios da MB, eminentemente projetados para o emprego da força em situações bélicas²⁶, também podem ser aplicados nas soluções diplomáticas de controvérsias.

²⁶Por ser a essência das Marinhas, Booth e Grove posicionaram a função militar na base dos seus triângulos do uso do mar (Nota nossa).

Em decorrência disso, conforme o estabelecido na DMN, as forças navais podem ser demandadas, em tempo de paz, para o apoio à política externa nas seguintes situações: realizar ação de presença em áreas de interesse no exterior; “mostrar bandeira” em visita a portos estrangeiros; promover assistência técnico-militar por meio de cursos, estágios, conclaves, simpósios, intercâmbios, inspeções técnicas ou administrativas, Grupos de Apoio Técnico e Missões de Assessoria Naval; integrar reuniões de Estados-Maiores, Comitês Navais e Conferências Navais; realizar exercícios e jogos de guerra bilaterais e multilaterais, aprimorando a interoperabilidade com Marinhas amigas; conduzir operações em razão de compromissos internacionais, como colaborar com a segurança do tráfego marítimo no Atlântico Sul, a fim de mantê-lo como uma zona de paz; e, sob a égide da ONU, ou de outros organismos multilaterais, participar de Operações Humanitárias e de Paz (BRASIL, 2017b).

Com base nesses pressupostos doutrinários, a próxima subseção passará a identificar as ações da MB na costa ocidental do continente africano, parte importante do entorno estratégico brasileiro, voltadas para a diplomacias naval, no período de 2012 a 2018.

3.2.2 As ações de diplomacia naval brasileira

Nesta subseção, buscou-se separar, dentre as atividades realizadas pelas forças navais brasileiras no exterior, entre 2012 e 2018, aquelas em que ações mais fortemente relacionadas à diplomacia naval foi empregada na costa ocidental africana. De forma antecipada, lista-se uma série de ações que foram constatadas: implementação de novas Adidâncias e Missões Navais, assinatura de novos acordos técnicos de cooperação, além de intercâmbios, exercícios e visitas a portos africanos.

Quanto às Adidâncias Navais, é importante salientar que os Adidos, além de prover o assessoramento ao Embaixador acerca da relação das Forças Armadas brasileiras com as dos

países amigos (BRASIL, 2015b), também podem potencializar a cooperação entre os países por meio do aproveitamento de oportunidades e participar ativamente de coleta de dados. O Brasil que possuía, até 2012, 4 Adidâncias na África Ocidental, teve esse quantitativo ampliado, em 2013, com a criação das Adidâncias de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica em Cabo Verde; e no Senegal, em Benin e no Togo²⁷.

Até 2012, o Brasil possuía acordos bilaterais de cooperação de defesa com os seguintes países da costa atlântica africana: África do Sul, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Namíbia, Nigéria e Senegal. Desses, a cooperação com a Namíbia era a mais marcante, contendo uma Missão Naval e um Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), prestando assessoria à Marinha da Namíbia e auxiliando na formação de integrantes do Corpo de Fuzileiros Navais Namibianos (BRASIL, 2017c).

Entretanto, em 2013 e 2014, respectivamente, foram implantados os Núcleos da Missão Naval em Cabo Verde e da Missão Naval em São Tomé e Príncipe. A cerimônia de inauguração em Cabo Verde contou com a presença do então Ministro da Defesa, o Embaixador Celso Amorim, fato que conferiu prestígio à relação entre os dois países. Essa Missão Naval ampliou a cooperação na área militar com Cabo Verde, prevendo: o levantamento de necessidades e o apoio para estruturação e capacitação material da Guarda Costeira de Cabo Verde; e para a formação de seu pessoal (DEFESANET, 2013).

De forma análoga, em 2014, foi inaugurada a Missão Naval em São Tomé e Príncipe, com atribuições semelhantes à Missão de Cabo Verde. Entre elas, destacam-se: realizar o levantamento das necessidades da Guarda Costeira São Tomé e Príncipe, a fim de elaborar uma proposta de Acordo de Cooperação entre os dois países; e apoiar as atividades do GAT-FN (BRASIL, 2014). A criação dessas duas Missões Navais aumenta a participação brasileira na África Atlântica e vai ao encontro dos objetivos traçados na PND, no contexto de

²⁷Tabela 1 - Adidâncias na costa ocidental africana (Anexo E).

fortalecimento da ZOPACAS, bem como da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Com vistas ao aprimoramento da segurança do tráfego marítima no Golfo da Guiné, assim como no restante da costa ocidental africana, em 2018, foi assinado um acordo de cooperação entre a MB e a Marinha Nacional de Camarões, prevendo o compartilhamento de informações sobre o tráfego marítimo (BRASIL, 2018a), bem como o estabelecimento de um Oficial de Ligação da MB no Centro Inter-regional de Coordenação (*Interregional Coordination Center – ICC*) da Arquitetura de Iaundê²⁸.

Destacam-se também outros intercâmbios, além dos GAT-FN, visando à formação de integrantes das Marinhas amigas africanas. Dentre esses, citam-se: o curso de formação de Oficiais da Escola Naval (EN), complementados pela Viagem de Instrução de Guardas-Marinha (VIGM) no Navio-Escola (NE) “BRASIL”²⁹; e os cursos de aperfeiçoamentos e especialização para Praças do Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA). A EN, que, em 2014, havia formado apenas dois Aspirantes estrangeiros, ambos provenientes da Namíbia, passou a contar com uma maior quantidade e diversidade de africanos³⁰, a partir daquele mesmo ano. Formaram-se, em 2017 e 2018, respectivamente, sete e nove estrangeiros, dentre eles, militares oriundos de Angola, Cabo Verde, Namíbia, Nigéria e Senegal (BRASIL, 2017d, 2018b). Já o CIAA recebe militares africanos de Cabo Verde, Namíbia, São Tomé e Príncipe e Senegal.

Somam-se aos intercâmbios mencionados acima, além de Simpósios Navais e outras conferências realizados com temas de defesa e segurança marítima ao longo do contexto

²⁸De acordo com a página de internet *The Gulf of Guine Inter-Regional Network* (GoGIN), a arquitetura foi elaborada, em 2013, para prevenir e processar atividades ilícitas nas águas do Golfo da Guiné, a Arquitetura de Iaundê inclui o Centro Inter-Regional de Coordenação (ICC), a estrutura de coordenação e compartilhamento de informações que conecta o Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC) e o Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental (CRESMAO). O espaço costeiro é dividido em 5 zonas marítimas, onde as atividades são coordenadas por cinco Centros de Coordenação Multinacional Marítima (MMCC) (GOGIN, 2013).

²⁹Além de “mostrar bandeira” nos portos visitados, durante a VIGM o NE “BRASIL” é empregado na fase prática da formação dos futuros oficiais da MB, que consolida os conhecimentos adquiridos no curso da EN (Nota nossa).

³⁰Este autor serviu na EN entre 2014 e 2016 e vivenciou o aumento desse quantitativo (Nota nossa).

temporal estudado, a VII Reunião Ministerial da ZOPACAS ocorrida em Montevideu, Uruguai, no ano de 2013 (BRASIL, 2013).

Quanto aos exercícios operativos envolvendo o continente africano, a MB passou a participar, a partir de 2014, do exercício multinacional “OBANGAME EXPRESS”³¹, além dos exercícios “ATLASUR”³² e “IBSAMAR”³³, de que já vêm participando há mais tempo. Todos esses exercícios têm o potencial de proporcionar a troca de experiências entre os militares, incrementar a interoperabilidade entre as Marinhas amigas e são uma forma de estreitar os laços de cooperação e amizade entre os países. Assim, durante o período analisado, constata-se que houve uma quantidade razoável de exercícios realizados no entorno estratégico, com grande ênfase no Atlântico Sul.

O “OBANGAME EXPRESS” é um exercício multinacional, realizado anualmente na região do Golfo da Guiné com foco na segurança marítima (UNITED STATE OF AMERICA, 2020b). A realização do exercício parece uma clara resposta ao fato de que o transporte marítimo nessa região tem sofrido com a pirataria e com os roubos armados, o que vem prejudicando não só o desenvolvimento dos países locais, mas também o comércio marítimo mundial que depende do Golfo. Além disso, a ocorrência dessas agressões vem prejudicando a estabilidade local e do Atlântico Sul. De fato, com um litoral de cerca de 5 mil milhas náuticas de extensão e que envolve diversos Estados, o Golfo da Guiné é uma região em que o surgimento de ameaças se beneficia de dificuldade de estabelecimento de uma governança conjunta para sua resposta. Assim, uma liderança exógena, neste caso dos EUA, tem sido realmente necessária.

³¹Exercício liderado pelo U.S. AFRICOM desde 2010, voltado para a segurança marítima na região do Golfo da Guiné, envolvendo adestramentos de comando e controle e de respostas a ameaças diversas. Atualmente, conta com a participação de 33 países, dentre eles o Brasil (UNITED STATES OF AMERICA, 2020b).

³²Exercício com a participação das Marinhas do Brasil, da África do Sul, da Argentina e do Uruguai, para contribuir com a interoperabilidade e a manutenção da segurança do Atlântico Sul (Nota nossa).

³³Exercício que ocorre bianualmente desde 2008, e envolve as Marinhas do Brasil, da Índia e da África do Sul (Nota nossa).

O exercício é conduzido pelos EUA em parceria com as marinhas euro-atlânticas e tem contado com a participação de um Navio-Patrolha Oceânico (NPaOc) brasileiro desde 2014³⁴. O NPaOc “APA” participou das edições de 2014 e 2017, o NPaOc “AMAZONAS” das edições de 2015 e 2018 e o NPaOc “ARAGUARI” de 2016. Na fase operativa, participam dos exercícios e adestramentos a bordo dos navios brasileiros alguns militares das Marinhas dos países africanos do entorno do Golfo da Guiné.

As operações são conduzidas em toda a parte do Golfo da Guiné e da costa Oeste da África. Dessa forma, a “OBANGAME EXPRESS” visa a reforçar a interoperabilidade e a proficiência das forças navais dos Estados da costa Oeste africana por meio de exercícios de contenção de atividades ilícitas, como pirataria, sequestro de pessoas, tráfico e pesca ilegal, incrementando a segurança no mar territorial e na ZEE desses países e impedindo a escalada da violência no Golfo da Guiné.

Nos anos de 2012, 2014 e 2018³⁵, a Corveta “BARROSO” participou das operações: “ATLASUR IX” e “IBSAMAR III”; “IBSAMAR IV”; e “ATLASUR XI” e “IBSAMAR VI”. Essas operações têm como propósito a realização de exercícios militares para consolidar a presença de seus participantes no Atlântico Sul. Os exercícios foram realizados na costa da África do Sul, e foram marcados por permitir o incremento da interoperabilidade entre os meios navais e pela possibilidade de intercâmbios de Oficiais e Praças.

Durante essas comissões operativas, os navios da MB realizaram visitas oficiais aos portos de diversos países da costa ocidental africana. Essas visitas têm o propósito de promover a ação de presença e o estreitamento de laços de amizade, constituindo-se em um importante apoio à política externa brasileira. Entretanto, em sua maioria, as visitas ocorrem por oportunidade em decorrência das necessidades logísticas dos navios em comissão.

³⁴Tabela 2 – Participação em exercícios e cidades visitadas na costa ocidental da África (Anexo F).

³⁵Tabela 2 – Participação em exercícios e cidades visitadas na costa ocidental da África (Anexo F).

Dentre as cidades da costa Oeste da África mais visitadas, durante a participação brasileira nas operações ocorridas de 2012 a 2018³⁶, destacaram-se: Walvis Bay (Namíbia), São Tomé (São Tomé e Príncipe), Luanda (Angola), Douala (Camarões), Accra (Gana), Dakar (Senegal), Simon's Town e Cape Town (África do Sul).

Em 2015³⁷, a Fragata “UNIÃO” atracou na cidade de Praia (Cabo Verde), durante o trânsito para integrar a Força-Tarefa Marítima (FTM) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Na ocasião, o navio prestou ajuda humanitária, distribuindo medicamentos, alimentos e barracas para as vítimas das erupções vulcânicas ocorridas no arquipélago. Deve-se ressaltar que, dentro de um contexto em que as visitas a portos locais são geralmente por oportunidade, essa parada da “UNIÃO” em Cabo Verde é uma honrosa exceção.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em decorrência da importância estratégica do Atlântico Sul e da manutenção da segurança marítima para a sua estabilidade, o Brasil tem intensificado suas relações internacionais com os países da costa ocidental africana por meio da diplomacia naval. Nota-se que há uma tentativa de se fazer presente nessa parcela importante do entorno estratégico.

Com base nos pressupostos doutrinários, quanto às possíveis situações em que as forças navais, em apoio à política externa, poderão ser empregadas, conclui-se que a DMN converge para o espectro cooperativo da diplomacia naval, abrangendo, neste caso, eminentemente situações em tempo paz.

Esse fato pode ser comprovado por meio da pesquisa realizada para a constatação das ações de diplomacia naval que comprovou aumento da cooperação militar entre o Brasil e

³⁶Tabela 2 – Participação de exercícios e cidades visitadas na costa ocidental da África (Anexo F).

³⁷Tabela 2 – Participação de exercícios e cidades visitadas na costa ocidental da África (Anexo F).

os países da costa ocidental africana, entre os anos de 2012 e 2018. Tal conclusão é decorrente dos seguintes incrementos: aumento na quantidade de Adidâncias e Missões Navais no continente Africano; aumento na quantidade de Oficiais africanos formados pela EN; participações de navios da MB em novos exercícios multinacionais na costa ocidental africana; e aumento das visitas operativas e representativas, por oportunidade, de navios brasileiros aos países africanos em decorrência de suas participações nas comissões na região.

De posse dos arcabouços teóricos lançados por Till, apresentados no capítulo 2, e das ações de diplomacia naval brasileira na costa ocidental africana, entre 2012 e 2018, evidenciados no presente capítulo, buscar-se-á, a partir deste ponto, confrontar a teoria de Till com a realidade das ações navais brasileira para o atingimento do propósito desta dissertação.

4 SIMILARIDADES E SINGULARIDADES ENTRE A TEORIA DE GEOFFREY TILL E A DIPLOMACIA NAVAL BRASILEIRA

O emprego do Poder Naval como instrumento de política externa, conhecido como diplomacia naval, abrange uma variedade de atividades tanto em tempo de paz, quanto durante uma crise. Neste último caso, a distensão de uma crise poderá ser obtida por meio da compelência naval. Assim, a diplomacia naval poderá ser exercida por meio de construção de parcerias, cooperação naval, dissuasão de possíveis adversários ou, de forma mais coercitiva, compelindo um outro Estado a recuar de uma posição, tudo isso visando a alcançar uma posição favorável ou a impedir a escalada da crise ao conflito armado.

Antes do presente capítulo, primeiramente o trabalho apresentou um estudo da diplomacia naval através da história, analisando alguns dos autores clássicos e passando por aqueles, que influenciados pelo período da Guerra Fria, efetivamente estudaram a diplomacia naval em toda a sua potencialidade. Desses, foi apresentada a diplomacia naval segundo Till, que ampliou o seu conceito, indicando uma tipicidade que conduz a múltiplos cenários de atuação da Força Naval, variando desde atos cooperativos até os coercitivos.

Posteriormente, foram identificadas as ações da MB, relacionadas à Diplomacia Naval, entre 2012 e 2018, na costa ocidental africana, parte do entorno estratégico brasileiro. Assim, este estudo comprometeu-se a constatar o aumento das ações de diplomacia naval na região por meio da verificação do crescimento do número de Adidâncias Navais, Missões Navais, ações de presença durante os exercícios operativos e visitas oficiais aos portos.

Finalmente, pretende-se correlacionar esse eventual aumento com a pretensão da política externa brasileira em aumentar a influência do Brasil naquela região. Assim, estar-se-ia caminhando para validar a hipótese formulada na introdução e a teoria de Till de que o poder naval, e seus constituintes, são elementos efetivos de diplomacia.

4.1 AS AÇÕES COOPERATIVAS DA MARINHA DO BRASIL

A construção de cenários e a construção de coalizões, idealizadas por Till, são atividades benignas e que se posicionam no campo cooperativo da diplomacia naval. Segundo Till, construir parcerias e incentivar a cooperação naval são importantes atividades conduzidas pelas marinhas em tempo de paz e a principal arma contra as ameaças à segurança marítima.

Assim, em apoio à política externa, a MB tem buscado estreitar suas relações com as Marinhas da CPLP, em especial com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e da África Ocidental, partes da ZOPACAS (BRASIL, 2017c).

A análise apresentada no capítulo anterior mostrou uma tentativa brasileira de se fazer presente na região de estudo, parte de seu entorno estratégico. Assim, quanto à construção de cenários, a influência brasileira sobre a área cresceu durante o período. Tal crescimento foi materializado: pela criação de duas novas Adidâncias, em Cabo Verde e no Senegal, em Benin e no Togo; pelo estabelecimento de um Oficial de Ligação da MB no ICC da Arquitetura de Iaundê, em Camarões; e por meio da participação em novos exercícios operativos e visitas a portos na costa ocidental africana.

Todas essas atividades, enquadradas como construção de cenários e realizadas pela MB, visam a, além de aumentar a interoperabilidade, “mostrar a bandeira”, desenvolver alianças, reafirmar laços de amizade, demonstrar interesse e permitir a troca de experiências.

Percebeu-se que, as visitas aos portos foram realizadas por ocasião dos exercícios multinacionais, segundo o princípio da oportunidade, em virtude das necessidades logísticas dos navios. Contudo, devido ao grande potencial que as visitas diplomáticas possuem no aprofundamento da cooperação entre os países, vislumbra-se aqui uma oportunidade de melhoria para o futuro. Como forma de incrementar a presença naval brasileira na região, os

navios de representação da MB, Navio-Veleiro (NVe) “CISNE BRANCO” e NE “BRASIL”³⁸ poderiam passar a ter mais escalas na África Atlântica.

A análise do objeto de estudo também identificou atividades de diplomacia naval cooperativa na modalidade de construção de coalizões nas relações internacionais brasileiras com o continente africano. Dentre elas, foram verificadas a cooperação técnica, os intercâmbios e, de forma análoga com a modalidade anterior de construção de cenários, a participação em exercícios operativos multinacionais e as visitas oficiais aos portos no exterior.

Em resumo de todas as ações destinadas à diplomacia naval do tipo cooperativa, somam-se: a criação de duas novas Missões Navais, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe; e os incrementos de intercâmbios, representados pela ampliação da quantidade e diversidade de nacionalidades africanas cursando em instituições de ensino militares no Brasil e pelos exercícios operativos e portos visitados na costa ocidental africana. Especificamente, quanto ao “OBANGAME EXPRESS”, percebeu-se que esse exercício denotou uma cooperação internacional com preocupações voltadas para a segurança marítima. A soma de todas essas atividades proporciona um aumento da confiança mútua entre os Estados, que extrapola o setor de defesa, estimulando a configuração de ambientes cooperativos e viabilizando a coordenação dos esforços conjuntos necessários em outros setores nas relações internacionais.

Com isso, ambas as formas cooperativas de diplomacia naval listadas por Till são interdependentes e estiveram presentes no objeto estudado. Assim, conclui-se que a MB empregou suas forças navais na construção de cenários e coalizões na costa oeste africana, entre 2012 e 2018, com a finalidade de preservar a pretensão brasileira de manter presença proeminente no Atlântico Sul. Assim, é possível afirmar que as ações de diplomacia naval cooperativas brasileiras guardaram similaridades e, portanto, tiveram aderência com a teoria proposta por Till.

³⁸Tabela 3 – Cidades visitadas pelo Navio-Escola “BRASIL” no exterior (Anexo G).

4.2 AS AÇÕES COERCITIVAS DA MARINHA DO BRASIL

A dissuasão e a compelência são subdivisões da atividade de coerção naval formulada por Till. Diferentemente das atividades cooperativas, vocacionadas ao tempo de paz, a coerção naval encontra sua razão de ser quando em crise. Além disso, valem-se do uso limitado da força ou da ameaça de usá-la. Nesse ponto, a diplomacia naval brasileira começa a divergir com a teoria de Till, já que a DMN estabelece uma ligação direta entre a diplomacia naval e apoio à política externa, uma das atividades benignas de emprego do Poder Naval realizadas apenas em tempo de paz. Ou seja, a MB parece enxergar somente as ações cooperativas gerando diplomacia naval.

A dissuasão, termo presente nas PND e END, documentos de alto nível de política-estratégica de defesa do país, é definida no glossário das Forças Armadas, em linhas gerais, como uma atitude estratégica que possui a finalidade de desaconselhar adversários de qualquer agressão. Ainda segundo o glossário, essa atitude deve ser materializada em forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato (BRASIL, 2015b).

Para isso, é fundamental que o Poder Naval possua capacidade suficiente, a fim de inspirar credibilidade quanto ao seu emprego. Portanto, somente forças navais preparadas e equilibradamente equipadas com os seus componentes de superfície, submarino, anfíbio e aéreo, poderão dissuadir as ações de possíveis agressores (BRASIL, 2019b). Assim, em conformidade com a visão de Till, quanto maior o prestígio e a credibilidade, maior será o potencial dissuasório de um Poder Naval.

Nessa vertente da coerção naval idealizada por Till, este autor não identificou ações da MB ligadas diretamente à dissuasão endereçada à área, o que não significa necessariamente a ausência dessas ações ou o completo afastamento da teoria de Till. Afinal, a dissuasão não se

trata de atividades isoladas, mas sim de um conjunto de ações amplas, executadas desde o tempo de paz até os momentos de crise.

Contudo, na MB, a dissuasão não está somente associada à diplomacia naval. No Brasil, a dissuasão assume um papel ainda maior, sendo classificada como a Tarefa Básica do Poder Naval (TBPN) “contribuir para a dissuasão”. Ao receber a chancela de TBPN, a dissuasão transcende o compromisso com o emprego, e passa a atingir também o preparo, na medida em que se torna um subsídio político para a implementação dos diversos programas de natureza estratégica da MB. Isso, na visão deste autor, assume a forma de uma singularidade em relação ao que foi estudado na teoria de Till, que tratou somente do emprego operacional sem discutir programas estratégicos, enquanto a MB os desenvolve com a finalidade de reaparelhar o Poder Naval. Contudo, nem todos os Programas Estratégicos da Marinha encontram-se em execução, devido à falta de aporte de recursos (BRASIL, 2017c). Nesse sentido de dissuasão ampliado, em que pesem as dificuldades orçamentárias, a MB incorporou os seguintes meios no período de interesse (2012-2018): em 2012 e 2013, os NPaOc “AMAZONAS”, “APA” e “ARAGUARI”; em 2015, o Navio Doca Multipropósito (NDM) “BAHIA”; e em 2018, o Navio Porta-Helicópteros Multipropósito (NPHM) “ATLÂNTICO” e os Navios de Apoio Oceânico (NAPoC) “MEARIM”, “IGUATEMI” e “PURUS”, além do lançamento ao mar do Submarino “RIACHUELO”. Esses navios, ainda que não precipuamente voltados à operação na costa africana, vêm suprindo parcialmente a necessidade de operar nos limites do entorno estratégico, contribuindo para uma espécie de dissuasão indireta e, conseqüentemente, para a diplomacia naval brasileira.

Entretanto, essa TBPN quando pormenorizada e efetuada pelas forças navais, em apoio à política externa, concorre para a ideia de dissuasão naval teorizada por Till, guardando assim, uma similaridade com a teoria estudada, por contribuírem para a garantia dos interesses do país.

Indo mais além na coerção e analisando a definição de Till para a compêlência, também, de forma análoga à dissuasão naval, não foram evidenciados, ao longo do período delimitador do objeto de análise, ações de compêlência naval brasileira contra os Estados da costa ocidental africana; ou seja, o trabalho não identificou a forma positiva da coerção naval, que visa a manipular o comportamento do oponente, fazendo-o ceder por meio de ameaças críveis ou do uso limitado da força.

Essa conclusão é possível devido a não ocorrência de uma situação de crise entre o Brasil e os países da África Atlântica, e, principalmente, pelo fato de a DMN não associar a diplomacia naval com as atividades de emprego limitado da força. Assim, conclui-se que as ações de compêlência não são enquadradas como diplomacia naval pela doutrina brasileira.

Segundo a DMN, as atividades de emprego limitado da força são aquelas em que a MB exercerá o poder de polícia para impor a lei ou um mandato internacional, do qual o País tenha assumido obrigação, determinado por organização intergovernamental, como a ONU. Dentre elas destacam-se: Patrulha Naval, Segurança do Tráfego Marítimo e Operações de Paz (BRASIL, 2017b).

Nesse ponto, a doutrina brasileira se aproxima das teorias de Booth e Grove, que com seus triângulos do uso do mar, diferenciam a função diplomática da função de polícia e imposição da lei, exercidas pelas forças navais. Grove ainda amplia considerando que essas funções não devem ser consideradas de maneira independente, mas sim inter-relacionadas, podendo ser conduzidas simultaneamente (BRASIL, 2017b). Assim, apoiando-se em Grove, é possível que uma missão tipicamente de imposição da lei (“constabulária”, de polícia) possa contribuir com objetivo de diplomacia naval. Nesse diapasão, e voltando à questão da dissuasão, a qual se viu ser apenas indireta para a região, entende-se que a atuação dissuasória da MB, seria potencializada no caso de sua adesão, em papel protagonista, em arranjos internacionais de segurança marítima.

Voltando à compelência, apesar de a doutrina atual não prever o seu uso, um exemplo de seu emprego na história naval brasileira, foi a Guerra da Lagosta³⁹, que levou Brasil e França à mobilização de recursos bélicos. Na época, a França decidiu enviar um navio de guerra para proteger os barcos de pesca franceses, que se encontravam capturando lagostas na região marítima da plataforma continental brasileira. Para preservar o recurso econômico e seu habitat, o Brasil reagiu enviando navios da Esquadra para o Nordeste (ABREU, 2013). A crise foi enquadrada como uma ação de compelência naval, porque obrigou a França a mudar sua atitude frente à ameaça de punição representada pela presença da Esquadra brasileira.

4.3 O “SALDO” DO CONFRONTO

A PND prioriza o diálogo e a cooperação como instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Com isso, a diplomacia naval é a ferramenta fundamental da política externa para construção desses vínculos, na busca pela mitigação das ameaças e pela construção de arranjos que permitem combatê-las. Do ponto de vista da diplomacia naval coercitiva, foi verificado que nem a PND nem a END nominam atores (estatais e não estatais) contra os quais a MB poderia contribuir em dissuasão ou em compelência.

Coerentemente com a PND, a DMN enquadra a diplomacia naval brasileira como uma atividade benigna exercida em tempo de paz, o que permite englobar as duas modalidades cooperativas e, de forma parcial, a dissuasão naval teorizadas por Till. Conclui-se, também, que por diferenciar as atividades benignas, das atividades de emprego limitado da força, a DMN praticamente exclui a possibilidade do emprego das forças navais brasileiras em ações de

³⁹A Guerra da Lagosta, crise ocorrida entre Brasil e França, em 1963, apesar de retratar um episódio fora do objeto de estudo, foi utilizada para exemplificar uma ação de compelência naval brasileira.

diplomacia naval na modalidade coercitiva de compelência. Assim, a própria doutrina brasileira limita o pleno emprego de todo o espectro da diplomacia naval.

Quanto à atividade de emprego limitado da força, vislumbra-se, caso ocorra um recrudescimento da situação atual no Golfo da Guiné, a aplicabilidade das forças navais brasileiras em missões, sob um mandato da ONU, na costa ocidental africana. Tal ponto não está contido na delimitação do presente objeto e poderá ser estudado e analisado posteriormente.

Além disso, se o Brasil deseja o Atlântico Sul livre da presença militar de potências extrarregionais, em papel protagonista, há que se intensificar a aproximação com os países lindeiros do entorno estratégico e ter uma visibilidade mais efetiva em termos de presença naval. Isso pode se dar quer por meio de maior número de visitas quer pela maior participação em exercícios, os quais poderiam até ter organização brasileira.

Finalmente, após a análise teórica aplicada ao objeto e efetuado o confronto entre as diplomacias navais da MB e de Till, pôde-se identificar plenas similaridades quanto às ações cooperativas de construção de imagens e coalizões. Entretanto, nas ações coercitivas, não foram identificadas ações brasileiras sobre o objeto de estudo. Quanto à dissuasão naval, a teoria de Till apresentou singularidades à dissuasão brasileira, em face da doutrina brasileira vislumbrar o uso da dissuasão muito além da diplomacia naval de Till. Não deixou de haver, no entanto, uma aderência parcial na medida em que a consecução dos projetos estratégicos da MB poderá gerar uma dissuasão indireta para as ameaças da região. Para destacar uma das principais conclusões, viu-se que essa dissuasão será mais efetiva no caso de o resultado desses projetos serem realmente aplicados em missões na região. Já a compelência naval, por enquadrar-se como uma atividade de emprego limitado da força, não apresentou aderência.

Na seção seguinte, então, estabeleceremos algumas conclusões, a fim de permitir registrar a validade da hipótese desse estudo, à luz de seu propósito.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa se propôs a identificar os pontos de aderência das ações da MB na costa ocidental africana, entre 2012 e 2018, ao pensamento estratégico-naval formulado por Geoffrey Till, particularmente, quanto à diplomacia naval. Para tal, foram empregadas conceituações da DMN de modo a orientar a comparação da realidade da diplomacia naval brasileira com a teoria de Till.

Considerando a hipótese de as ações da MB, na costa ocidental africana, entre 2012 e 2018, terem guardado aderência parcial aos conceitos atinentes à diplomacia naval, conforme estabelecido por Till por meio de sua obra *Seapower: A Guide for the Twenty-First Century*, foi necessário estudar os aspectos históricos da diplomacia naval. Organizando-se uma retrospectiva a partir dos pensadores ditos clássicos de estratégia naval até os do período pós-Guerra Fria, foi possível verificar a evolução do tema ao longo de três fases distintas no tempo, que influenciou na construção do pensamento estratégico-naval de Till.

A pesquisa mencionada identificou que a diplomacia naval possui um amplo espectro e que essa atividade já vinha sendo aplicada por diversas Marinhas desde o final do século XIX, porém, somente a partir da Guerra Fria, os pensadores perceberam a complexidade e as vantagens que a atividade é capaz de proporcionar. Entre outros, Till se destacou por bem definir a extensa amplitude da diplomacia naval. Till detalhou, além das formas benignas e cooperativas de construção de imagens e coalizões, as vertentes coercitivas da dissuasão e da compelência, capazes de projetar os interesses de um Estado sobre os outros.

Em seguida, viu-se que o entorno estratégico brasileiro, devido às recentes descobertas de reservas minerais e à intensificação do comércio marítimo, adquiriu grande relevância no cenário mundial. Apesar disso, a região mostrou-se não estar imune às novas ameaças, como a pirataria no Golfo da Guiné. Assim, visando à manutenção da segurança

marítima, à estabilidade no Atlântico Sul e à salvaguarda dos interesses estratégicos na “Amazônia Azul”, o Brasil tem buscado intensificar as suas relações internacionais com os países da costa ocidental africana por meio da diplomacia naval.

Ocorre que, a partir de uma interpretação reduzida da definição de diplomacia naval, a qual a MB materializa na DMN dentro do escopo das ações benígnas, as ações do Poder Naval brasileiro na costa ocidental africana resumiram-se na sua vertente cooperativa. Tudo bem que isso está de acordo com a PND, que prioriza o diálogo e a cooperação internacionais, mas se pode inferir que uma presença naval mais efetiva – talvez em ações de polícia, preferencialmente sob a égide da ONU – poderia ter maior efeito dissuasório ante as ameaças locais. A possibilidade de tal cenário ensejaria um interessante estudo futuro.

Assim, após a análise das dimensões da diplomacia naval, pôde-se identificar que o emprego do Poder Naval brasileiro na costa ocidental africana teve aderência parcial ao pensamento estratégico-naval de Till, quanto à diplomacia naval. Convergiu totalmente nas atividades cooperativas e divergiu parcialmente nas atividades coercitivas.

Em tempos de paz, ou na crise, os modelos cooperativos ou coercitivos da diplomacia naval, apesar de distintos, tendem a se complementar e a convergir para o mesmo efeito desejado: o atingimento de fins políticos, evitando-se a eclosão do conflito. Para o Brasil, em que pese a percebida vedação à coerção mais agressiva (compelência), o emprego de medidas efetivas de dissuasão significaria a elevação da diplomacia naval à segunda potência. Isso vale dizer que ela seria não apenas elevada ao quadrado (cooperação e coerção), mas também, que tal conjugação seria a estratégia mais bem dimensionada a um Estado que quer figurar no SI como segunda potência (potência regional), atrás somente das potências globais. É justamente no contexto dessa assertiva que se encontra a implicação deste estudo para a MB: prover um razoável argumento na difícil luta por orçamento condizente em um cenário de crise econômica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Guilherme M. *CHARLES DE GAULLE: A Guerra da Lagosta e Diplomacia Naval*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 133, n. 10/12, p. 33-38, out./dez. 2013.
- BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. *Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2019*. Rio de Janeiro: ANP, 2019a.
- _____. Comando de Operações Navais. *Extrato de Memorando de Entendimento*. Diário Oficial da União: seção 3, Brasília, DF, p. 15, 13 set. 2018a. Cooperação entre: Marinha do Brasil (MB), representada neste ato pelo Comando de Operações Navais e a Marinha Nacional de Camarões (MNC). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/extrato-de-memorando-de-entendimento-40696541?inheritRedirect=true>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- _____. Estado-Maior da Armada. *Divisão de Apoio aos Adidos Navais*. Brasília, DF: EMA, 2020. Disponível em: <http://www.ema.mb/Adidancias Navais/>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- _____. Estado-Maior da Armada. *EMA-135 Manual de Direito Internacional Aplicado às Operações Navais*. Brasília, DF: EMA, 2017a.
- _____. Estado-Maior da Armada. *EMA-305 Doutrina Militar Naval*. Brasília, DF: EMA, 2017b.
- _____. Estado-Maior da Armada. *EMA-322 O Posicionamento da Marinha do Brasil nos Principais Assuntos de Interesse Naval*. Brasília, DF: EMA, 2017c.
- _____. Estado-Maior da Armada. *EMA-323 Política Naval*. Brasília, DF: EMA, 2019b.
- _____. Marinha do Brasil. *Escola Naval realiza cerimônia de Declaração de Guardas-Marinha*. Brasília, 12 dez. 2018b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/escola-naval-realiza-cerimonia-de-declaracao-de-guardas-marinha-0/>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- _____. Marinha do Brasil. *Escola Naval realiza cerimônia de Declaração de Guardas-Marinha*. Brasília, 21 dez. 2017d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/escola-naval-realiza-cerimonia-de-declaracao-de-guardas-marinha/>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- _____. Marinha do Brasil. *Navio brasileiro participa de exercício internacional em região africana*. Brasília, 17 mai. 2018c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-brasileiro-participa-de-exercicio-internacional-em-regiao-africana>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- _____. Marinha do Brasil. *Navio Escola “Brasil” realiza a XXX Viagem de Instrução de Guardas-Marinha*. Brasília, 02 ago. 2016a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/node/1775/>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- _____. Marinha do Brasil. *Navio-Escola “Brasil” suspende para XXXII Viagem de Instrução de Guardas-Marinhas*. Brasília, 31 jul. 2018d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/navio-escola-brasil-suspende-para-xxxii-viagem-de-instrucao-de-guardas-marinhas/>. Acesso em: 7 ago. 2020.
- _____. Marinha do Brasil. *Navio da Marinha do Brasil participará de exercício para capacitar países da África na proteção do Golfo da Guiné*. Brasília, 20 fev. 2017e. Disponível em: <https://>

www.marinha.mil.br/com1dn/noticia/navio-da-marinha-brasil-participar%C3%A1-exerc%C3%ADcio-capacitar-pa%C3%ADses-da-%C3%A1frica-na-prote%C3%A7%C3%A3o-golfo/. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Marinha do Brasil. *Navio-Patrolha Oceânico "Amazonas" participa da Operação "IBSAMAR V" no Oceano Índico*, 02 mar. 2016b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com1dn/noticia/navio-patrolha-oce%C3%A2nico-amazonas-participa-da-opera%C3%A7%C3%A3o-ibsamar-v-no-oceano-%C3%ADndico/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Marinha do Brasil. *NE "Brasil" suspende para XXXI VIGM*. Brasília, 29 jul. 2017f. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/noticias/ne-brasil-suspende-para-xxxi-vigm/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Ministério da Defesa. *Brasil vai instalar Missão Naval em São Tomé e Príncipe em fevereiro de 2015*. Brasília, 24 nov. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/brasil-vai-instalar-missao-naval-em-sao-tome-e-principe-em-fevereiro-de-2015/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: MD, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF: MD, 2016c.

_____. Ministério da Defesa. *Marinha participa de operação internacional para capacitar países africanos no patrulhamento do Golfo da Guiné*. Brasília, 30 abr. 2015a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/marinha-participa-de-operacao-internacional-para-capacitar-paises-africanos-no-patrulhamento-do-golfo-da-guine>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. Ministério da Defesa. *MD35-G-01. Glossário das Forças Armadas*. 5 ed. Brasília, 2015b.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, DF: MD, 2012b.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *VII Encontro Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS: Declaração de Montevideu*. Montevideo: MRE, jan. 16th 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3285/>. Acesso em: 07 ago. 2020.

BOOTH, Ken. *Navies and Foreign Policy*. London and New York: Routledge, 1977. p.15-16.

CABLE, James. *Gunboat diplomacy, 1919-1979: political applications of limited naval force*. 2. ed. New York: St. Martin's, 1981.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 5. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2015. Parte III.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. v.1.

DEFESANET. *Brasil inaugura Missão Naval e aprofunda cooperação com Cabo Verde*. Brasília, 22 nov. 2013. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/naval/noticia/13176/>

Brasil-inaugura-Missao-Naval-e-aprofunda-cooperacao-com-Cabo-Verde/. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. *Brasil volta a mirar o Atlântico Sul, mas enfrenta limitações militares*. Brasília, 24 ago. 2019. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/sisgaaaz/noticia/33983/Brasil-volta-a-mirar-o-Atlantico-Sul--mas-enfrenta-limitacoes-militares-/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. *Navio-Escola “Brasil” realiza XXVI Viagem de Instrução de Guardas-Marinha*. Brasília, 20 jul. 2012. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/naval/noticia/6879/-Navio-Escola-%E2%80%9CBrasil%E2%80%9D-realiza-XXVI-Viagem-de-Instrucao-de-Guardas-Marinha>. Acesso em: 7 ago. 2020.

FERREIRA, Renato R. *Operações Navais no Século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 134, n. 01/03, p. 73-98, jan./mar. 2014.

_____. *Operações Navais no Século XXI: Tarefas Básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 134, n. 04/06, p. 63-89, abr./jun. 2014.

FOLHA MILITAR. *Navio-Escola “Brasil” inicia XXIX Viagem de Instrução de Guardas-Marinha*. Folha Militar Online. 26 jul 2015. Disponível em: <http://folhamilitaronline.com.br/navio-escola-brasil-inicia-xxix-viagem-de-instrucao-de-guardas-marinha/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científica*. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.

GOGIN. *Yaoundé Architecture*. Yaoundé, Cameroon, 2013. Disponível em: <http://www.gogin.eu/en/about/yaounde-architecture/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

GROVE, Eric. *The Future of Sea Power*. Annapolis: Naval Institute Press, 1990. p. 234-236.

GUEDES, Henrique Peyroteo Portela. *Quanto tem custado manter a pirataria marítima controlada*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 139, n. 01/03, p. 91-96, jan./mar. 2019.

GUIMARÃES CARVALHO, Roberto de. *“Amazônia Azul: uma outra Amazônia, ignorada por boa parte dos brasileiros”*. Revista do Clube Naval. Rio de Janeiro, n. 329, p. 12-13, jan./fev./mar. 2004.

KAPLAN, Robert. *The Revenge of Geography: What the Map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. New York: Random House, 2012. 219 p.

LUTTWAK, Edward N. *The Political Uses of Sea Power*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1974. p. 1-38.

MINGST, Karen A. *Princípios de Relações Internacionais*. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 220 p.

OPERACIONAL. *Guardas-Marinha da Escola Naval iniciam a “XXVIII Viagem de Instrução”*. Operacional Defesa e Segurança. 26 jul. 2014. Disponível em: <https://www.>

revistaoperacional.com.br/2014/marinha/guardas-marinha-da-escola-naval-iniciam-a-xxviii-viagem-de-instrucao/. Acesso em: 7 ago. 2020.

PADILHA, Luiz. *Corveta 'Barroso' (V-34) integra a Comissão "IBSAMAR IV"*. Defesa Aérea e Naval. 17 out. 2014. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/corveta-barroso-v-34-integra-a-comissao-ibsamar-iv/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

PODER NAVAL. *Militares brasileiros embarcam nos navios das Marinhas da África do Sul, da Índia e do Uruguai*. 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2018/10/29/militares-brasileiros-embarcam-nos-navios-das-marinhas-da-africa-do-sul-da-india-e-do-uruguai/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

_____. *Operação ATLASUR-IX*. 24 set. 2012. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2012/09/24/operacao-atlasur-ix/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

ROWLANDS, Kevin. "*Decided Preponderance at Sea*": *Naval Diplomacy in Strategic Thought*. U.S. Naval War College Review, vol.65, n. 4, Outono 2012. p. 89-105

TILL, Geoffrey. *Seapower: a guide for the twenty-first century*. 2. ed. New York: Routledge, 2009. p. 253-285.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. 1.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. p. 36-45.

TURNER, Stansfield. *Missions of the U.S. Navy*. U.S. Naval War College Review, vol.27, n. 2, Mar./Apr. 1974. p. 2-17.

TZU, Sun. *The Art of War*, translated by Samuel Griffith. Oxford: Oxford University Press, 1963. p. 77.

UNITED STATES OF AMERICA. *Our Mission*. U.S. AFRICOM, 2020a. Disponível em: <https://www.africom.mil/>. Acesso em: 07 ago. 2020a.

_____. *Obangame Express*. U.S. AFRICOM, 2020b. Disponível em: <https://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express/>. Acesso em: 07 ago. 2020b.

VESENTINI, José W. *Novas Geopolíticas*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 63-67.

WEDIN, Lars. *Estratégias Marítimas no Século XXI: A contribuição do Almirante Castex*. Tradução de Reginaldo Gomes Garcia dos Reis *et al.* Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015. 236 p.

WILTGEN, Guilherme. *Navio-Escola 'Brasil' realizará a XXVII Viagem de Instrução de Guardas-Marinha*. Defesa Aérea e Naval. 02 jul. 2013. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/navio-escola-brasil-realizara-a-xxvii-viagem-de-instrucao-de-guardas-marinha/>. Acesso em: 7 ago. 2020.

ANEXOS

ANEXO A



Figura 1 – O Atlântico Sul e a “Amazônia Azul”.

Fonte: DEFESANET, 2019.

Nota: a figura em lide contém o Atlântico Sul e a “Amazônia Azul”, entretanto as porções na cor rosa da proposta de limite exterior da plataforma continental brasileira, ainda não foram ratificadas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU.

ANEXO B



Figura 2 – O triângulo do uso do mar de Ken Booth.
Fonte: BOOTH, 1977, p. 16, tradução nossa.

ANEXO C



Figura 3 – Os triângulos primário e secundário do uso do mar de Eric Grove.
Fonte: GROVE, 1990, p. 234-236, tradução nossa.

ANEXO D

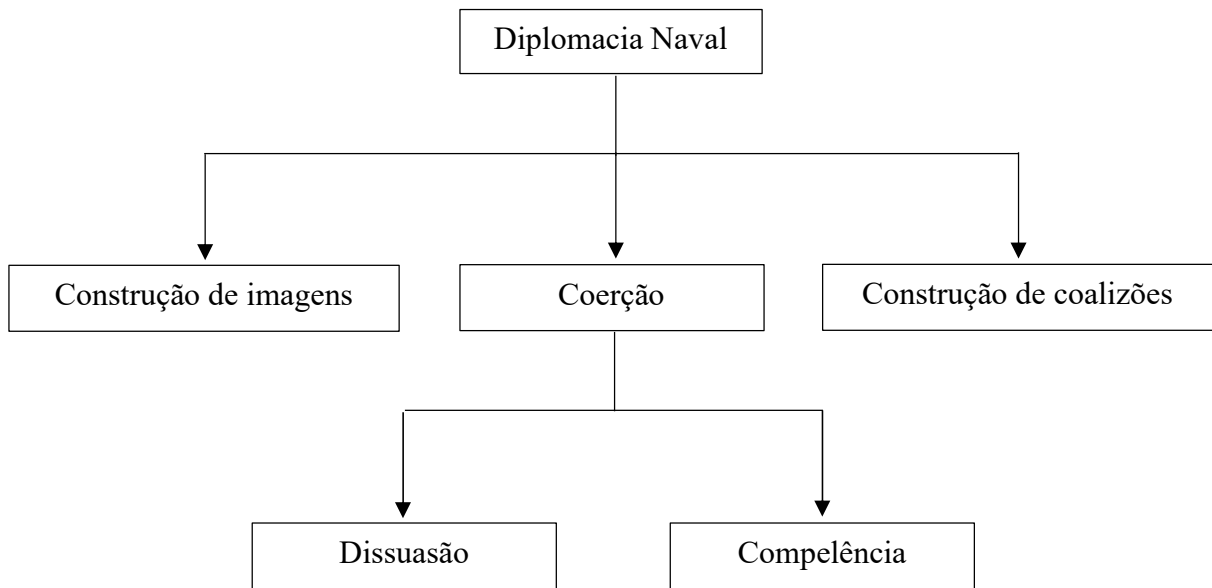


Figura 4 – Os componentes da diplomacia naval de Geoffrey Till.

Fonte: TILL, 2009, p. 257, tradução nossa.

ANEXO E

| Ano | Adidâncias na costa ocidental da África |
|---------------------|---|
| Existentes até 2012 | <ul style="list-style-type: none"> - Adidância de Defesa e Naval na África do Sul; - Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica em Angola e São Tomé e Príncipe; - Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica na Namíbia; e - Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica na Nigéria e em Gana. |
| Criadas em 2013 | <ul style="list-style-type: none"> - Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica em Cabo Verde; e - Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica no Senegal, em Benin e no Togo. |

Tabela 1 – Adidâncias na costa ocidental da África.

Fonte: BRASIL, 2020.

Nota: a tabela foi elaborada pelo autor a partir da compilação de dados da Fonte.

ANEXO F

| Ano | Exercícios | Navio | Cidades visitadas na costa ocidental da África |
|------|---------------------------|----------------------|---|
| 2012 | ATLASUR IX IBSAMAR III | Corveta “BARROSO” | Simon’s Town e Cape Town (ÁFRICA DO SUL). |
| 2014 | IBSAMAR IV | Corveta “BARROSO” | Simon’s Town e Cape Town (ÁFRICA DO SUL). |
| | OBANGAME EXPRESS | NPaOc “APA” | Luanda (ANGOLA), São Tomé (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE), Douala (CAMARÕES). |
| 2015 | OBANGAME EXPRESS | NPaOc “AMAZONAS” | Walvis Bay (NAMÍBIA), Luanda (ANGOLA), e Cape Town (ÁFRICA DO SUL). |
| | UNIFIL | Fragata “UNIÃO” | Praia (CABO VERDE). |
| 2016 | IBSAMAR V | NPaOc “AMAZONAS” | Cape Town (ÁFRICA DO SUL). |
| | OBANGAME EXPRESS | NPaOc “ARAGUARI” | Luanda (ANGOLA). |
| 2017 | OBANGAME EXPRESS | NPaOc “APA” | Walvis Bay (NAMÍBIA), São Tomé (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE), Luanda (ANGOLA), Douala (CAMARÕES), Accra (GANA) e Dakar (SENEGAL). |
| 2018 | OBANGAME EXPRESS | NPaOc “AMAZONAS” | Walvis Bay (NAMÍBIA), São Tomé (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE) e Luanda (ANGOLA). |
| | ATLASUR XI IBSAMAR VI | Corveta “BARROSO” | Simon’s Town e Cape Town (ÁFRICA DO SUL). |

Tabela 2 – Participação em exercícios e cidades visitadas na costa ocidental da África.

Fontes: BRASIL, 2015a, 2016b, 2017e, 2018c; PADILHA, 2014; PODER NAVAL, 2012, 2018.

Nota: a tabela foi elaborada pelo autor a partir da compilação de dados das Fontes.

ANEXO G

| Ano | Cidades visitadas pelo Navio-Escola “BRASIL” no exterior |
|------|---|
| 2012 | Las Palmas e Barcelona (ESPANHA), Pireu (GRÉCIA), Istambul (TURQUIA), Civitavecchia (ITÁLIA), Toulon e Le Havre (FRANÇA), Lisboa (PORTUGAL), Amsterdam (HOLANDA), Copenhagem (DINAMARCA), Hamburgo (ALEMANHA), Londres (INGLATERRA), Baltimore e Fort Lauderdale (EUA), Cancun (MÉXICO), Cartagena (COLÔMBIA), Guayaquil (EQUADOR), Callao (PERU), Valparaíso (CHILE), Montevidéu (URUGUAI) e Buenos Aires (ARGENTINA). |
| 2013 | Las Palmas e Barcelona (ESPANHA), Toulon e Le Havre (FRANÇA), Pireu (GRÉCIA), Varna (BULGÁRIA), Istambul (TURQUIA), Civitavecchia (ITÁLIA), Lisboa (PORTUGAL), Londres (INGLATERRA), Oslo (NORUEGA), Hamburgo (ALEMANHA), Baltimore e Fort Lauderdale (EUA), San Juan (PORTO RICO), Cartagena (COLÔMBIA), Guayaquil (EQUADOR), Callao (PERU), Valparaíso (CHILE), Montevidéu (URUGUAI) e Buenos Aires (ARGENTINA). |
| 2014 | Las Palmas e Palma de Mallorca (ESPANHA), Toulon e Le Havre (FRANÇA), Pireu (GRÉCIA), Istambul (TURQUIA), Civitavecchia (ITÁLIA), Lisboa (PORTUGAL), Londres (INGLATERRA), Estocolmo (SUÉCIA), Helsinki (FINLÂNDIA), Hamburgo (ALEMANHA), Baltimore e Miami (EUA), Cozumel (MÉXICO) e Cartagena (COLÔMBIA). |
| 2015 | Funchal e Lisboa (PORTUGAL), Toulon e Rouen (FRANÇA), Civitavecchia (ITÁLIA), Valência (ESPANHA), Roterdã (HOLANDA), Hamburgo (ALEMANHA), Londres (INGLATERRA), Nova Iorque e Jacksonville (EUA), Cartagena (COLÔMBIA), Callao (PERU), Valparaíso (CHILE), Mar del Plata (ARGENTINA) e Montevidéu (URUGUAI). |
| 2016 | Las Palmas e Barcelona (ESPANHA), Sète e Le Havre (FRANÇA), Mônaco, Civitavecchia (ITÁLIA), Lisboa (PORTUGAL), Londres (INGLATERRA), Hamburgo (ALEMANHA), São Pesterbugo (RÚSSIA), Estocolmo (SUÉCIA), Amsterdã (HOLANDA), Baltimore e Jacksonville (EUA), Havana (CUBA), Kingston (JAMAICA), Cartagena (COLÔMBIA). |

| | |
|------|---|
| 2017 | Las Palmas e Barcelona (ESPANHA), Toulon e Le Havre (FRANÇA), Pireu (GRÉCIA), Civitavecchia (ITÁLIA), Lisboa (PORTUGAL), Londres (INGLATERRA), Hamburgo (ALEMANHA), Oslo (NORUEGA), Amsterdã (HOLANDA), Nova Iorque e Jacksonville (EUA), Curaçau (ANTILHAS HOLANDESAS) e Cartagena (COLÔMBIA). |
| 2018 | Las Palmas e Valência (ESPANHA), Toulon e Rouen (FRANÇA), Pireu (GRÉCIA), Gênova (ITÁLIA), Lisboa (PORTUGUAL), Londres (INGLATERRA), Hamburgo (ALEMANHA), Baltimore e Miami (EUA) e Cartagena (COLÔMBIA). |

Tabela 3 - Cidades visitadas pelo Navio-Escola “BRASIL” no exterior.

Fontes: BRASIL 2016a, 2017f, 2018d; DESEFANET, 2012; FOLHA MILITAR, 2015; WILTGEN, 2013; OPERACIONAL, 2014.

Nota: a tabela foi elaborada pelo autor a partir da compilação de dados das Fontes.